



42

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2011

Seis décadas de história na Faculdade de Letras de Coimbra (1911-1970).

Um esboço das suas tendências*

ANTÓNIO DE OLIVEIRA

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Centro de História da Sociedade e da Cultura – FLUC

Resumo:

A História, ao constituir-se como ensino e investigação integrada nos novos estudos da nova Faculdade de Letras (1911), seguiu, desde os começos até cerca de 1960, os cânones metodológicos impostos pelo positivismo. O culto do rigor, prestado no altar da ciência positiva, conduziu a uma minudente análise dos factos que a síntese unia em construções narrativas de estilo conciso e que o Instituto de Estudos Históricos chancelava.

O apego aos factos de natureza única, fora do sentido serial, não permitiu a investigação em história económica, matéria conotada com uma concepção materialista da vida, impossibilitando a aceitação de outros horizontes conceptuais, os quais foram tentados nos anos a seguir ao fim da Segunda Guerra Mundial. Historiografia que elegeu como objecto preferencial a história política nacional dos tempos medievos, sobretudo, e modernos, mas onde há que distinguir os trabalhos elaborados para a obtenção de graus ou títulos e aqueles em que os historiadores, mais soltos, deram azo a uma maior imaginação em voo para novos campos conceptuais, preparando a mudança que se anuncia e que a revolução de Abril de 1974 impôs.

Palavras chave:

Historiografia; Positivismo; História metódica; História Política; História das Instituições; História Económica; História Nova; Instituto de Estudos Históricos.

Abstract:

History, as teaching and research, incorporated in the new curricula of the Faculty of Arts (1911), followed, from the beginning until about 1960, the methodological canon imposed by Positivism. The worship of accurateness, on the altar of positivist science, led to the meticulous analysis of events, synthetically congregated into narratives of concise style, then authenticated by the *Instituto de Estudos Históricos (Institute for Historical Studies)*.

The stickiness to single events, apart from serial sets, prevented research on economic History, a subject matter that connoted a materialistic notion of life, thus refusing other conceptual horizons that would be attempted in the years following World War II. That historiography selected, as its preferential object, national political history, mainly medieval but also early modern; we must nevertheless put apart the works specifically elaborated to obtain degrees or academic titles, as well as other ones where some more freed historians opened to imagination towards new conceptual fields, thus preparing a coming change, then announced and afterwards enforced by the revolution of 24th April 1974.

Keywords:

Historiography; Positivism; Methodical History; Political History; History of Institutions; Economic History; New History; Instituto de Estudos Históricos (Institute for Historical Studies).

* Retoma-se um esquema próximo do publicado em António de Oliveira, «As Histórias da minha geração: uma perspectiva historiográfica», in idem, *Pedaços de História Local*, vol. II, Coimbra, Palimage, 2010, p. 349-402. Como pontos de referência do texto agora apresentado tivemos em conta, sobretudo, as obras dos historiadores referenciados que foram redigidas para obtenção de graus académicos, títulos ou textos equiparados, sem deixar de fazer incursões em obras de outra natureza com sentido de inovação historiográfica.

«La science historique a por object l'établissement des faits historiques».

Paul Harsin, *Comment on écrit l'Histoire*, Liège, Georges Thone, 1949, 6ª ed. (1.ª ed., 1933), p. 18.

«L'orientation actuelle de la discipline historique privilégie la lecture des sources au plan de leur signifiante, et à ce titre toute l'histoire est à réécrire en fonction de cela».

François Dosse, *La renaissance de l'événement...*, Paris, PUF, 2010, p. 167.

1. Ao longo dos primeiros cinquenta anos de existência da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a história tradicional, restringindo-me à História propriamente dita, à do Grupo de História, de carácter clássico e relacional¹, pode ser balizada por duas obras, uma vinda já de 1894² e outra de 1960³, devidas a António de Vasconcelos (1860-1941) e Salvador Dias Arnaut (1913-1995), pertencendo já este autor a uma terceira geração de historiadores. Um vasto conjunto documental anexo fundamenta a investigação, reforçada em notas de rodapé, um *corpus* que dificilmente volta a ser estabelecido depois em virtude das novas correntes de pensamento e das temáticas abordadas, exigindo novos processos, como a história quantitativa e serial que se iniciava⁴,

¹ A que Foucault (1926-1984) contrapunha a nova história das discontinuidades, «as diferenças constituídas como objectos». (Michel Foucault, *A arqueologia do saber*, Coimbra, Almedina, 2005, p. 29-42 e 258).

² António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão* [...], Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894, 2 vols., sendo um deles apenas de documentos, distribuídos por séculos. Pelo que parece, o texto foi redigido estando já impressos (ou em provas) os documentos que constam do vol. II, sendo apenas as capas deste impressas em 1894. Sem as capas, foi impresso entre 1891 e 1893. O I vol., entre 1893 e 1894. Não obstante as pormenorizadas datações de Vasconcelos, que se prestam a confusão, já em 1943 Torquato de Sousa Soares havia indicado: «Saiu o 1.º volume desta obra em 1891, sendo o 2.º (de documentos) publicado três anos depois». (Torquato de Sousa Soares, «Prof. Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos», *Revista Portuguesa de História*, 2, 1943, p. 9). Equívoco que repetimos em trabalho anterior e agora corrigimos.

³ Salvador Dias Arnaut, *A crise nacional dos fins do século XVIII A sucessão de D. Fernando*, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1960. De 1959 data a dissertação de doutoramento de Avelino de Jesus da Costa, marcando já uma transição temática. Vide, infra, nota 239 e respectiva página do texto.

⁴ «L'histoire sérielle définit son object en repérant des séries de documents homogènes et l'historien fait alors apparaître des événements qui ne seraient pas apparus sans lui». (François Dosse, *Renaissance de l'événement. Un défi pour l'historien: entre Sphinx et Phénix*, Paris, PUF, 2010, p. 147, interpretando Foucault); François Dosse, *L'Histoire en miettes. Des Annales à la «nouvelle histoire»*, Paris, Éditions La Découverte, 2010, p. 178 s. (1.ª ed., 1987). Em França,

embora a prática, intencionalmente mais limitada, se mantenha, continuando os inéditos a espelharem a fundamentada ventura do investigador e o honrado alicerce da sua palavra.

A obra editada em 1960, dissertação de doutoramento, tratava, por sinal, de uma mudança política e social, de um «mundo novo muito contrário ao primeiro», como definiu Fernão Lopes (1380?-1460)⁵. A de 1894, obra de um catedrático de Teologia que faz questão em sublinhar que se trata da sua primeira tentativa histórica, e portanto obra inaugural das muitas realizações historiográficas a que deixou ligado o seu nome, demarca um tempo longo, de 1336 a 1892, estudando a evolução de um culto, o da Rainha Santa⁶. A uma história cultural e do sentimento religioso, entremeadada de algumas notas de história económica⁷, da evolução dos conventos e paços pertinentes, realizada no início de uma geração de historiadores que será a primeira da futura Faculdade de Letras, contrapõe-se, em termos liminares, uma história política do advento de um novo poder dinástico, colhendo do melhor que se foi filtrando ao longo do labor historiográfico local.

Entre os marcos que fixámos, uma variedade de atitudes marcadas sobretudo por delimitações temáticas e não propriamente por métodos ou inteligibilidades. As mudanças começaram a chegar um pouco antes da década de sessenta, como acontece igualmente na Faculdade de Letras de Lisboa. A cesura é marcada também, desde o começo da década, por uma apetência da teoria em História, pelo quebrar da sua «resistência à teoria»⁸, postulada na Universidade pela reforma de 1957, autonomizando a licenciatura em Filosofia, unida à História

«O apogeu do quantitativo e do serial» corresponde aos anos 1950-1980 (Maria-Novella Borghetti, «Histoire quantitative, histoire serielle», in C. Delacroix e outros, *Historiographies. Concepts et débats*, vol I, Paris, Gallimard, 2010, p. 414 s.).

⁵ Rita Costa Gomes, *D. Fernando*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 17 s.

⁶ António de Vasconcelos licenciou-se em Teologia em 1885 e doutorou-se em 1886.

⁷ Cf., sobre História Económica, infra, notas 205 e 219.

⁸ Joan W. Scott, *Théorie critique de l'histoire. Identités, expériences, politiques*, Paris, Fayard, 2009, p. 19. Recorde-se que o primeiro volume da revista *History and Theory* (USA, Wesleyan University) surge em 1960. De 1959 é a conhecida antologia de Patrick Gardiner, cuja quinta edição inglesa, de 1964, foi traduzida para português em 1967-1968. A expressão teoria da história encontra-se em títulos de obras desde os princípios do século (Xenopol, Croce), pelo menos, e em 1925, por exemplo, Frederick J. Teggart (1870-1946) publicava *Theory of History*, trabalho que juntamente com *The Processes of History*, de 1918, foram reeditados num volume em 1941 e 1960 (Frederick J. Teggart, *Theory and processes of History*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1960). Os anos sessenta, com efeito, viram surgir primeiras ou novas edições de muitas obras sobre a matéria, as quais são bem conhecidas.

desde 1930, e criando disciplinas como a Teoria da História, matéria ainda a cargo dos filósofos⁹, sendo a cadeira, no entanto, pertença do Grupo de História¹⁰.

2. Os inícios do Grupo de História, partindo em 1911 do nada em termos de material didáctico, foram necessariamente difíceis. Só a eficaz capacidade organizadora de António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, com provas já dadas na Universidade e na agremiação científica Instituto de Coimbra, lhe pôde valer no que diz respeito aos meios necessários ao ensino das então chamadas disciplinas auxiliares da História. Mais fácil foi encontrar de imediato docentes para as disciplinas que entraram em vigor. Com efeito, ao ser criada a Faculdade de Letras¹¹, estando a de Teologia virtualmente extinta desde o ano anterior, embora os actos académicos continuassem num período de transição até 1912, os seus professores foram colocados, conforme as aptidões, nas novas Faculdades de Letras¹², acontecendo o mesmo aos docentes do Curso Superior de Letras que transitaram para a Faculdade do mesmo nome criada em Lisboa.

Em Teologia existiam então, como efectivos, dez professores catedráticos e dois substitutos, não incluindo o de Música, tendo sido colocados nove na Faculdade de Letras de Coimbra, na qualidade de professores ordinários, e um outro como professor contratado para o terceiro grupo, já anteriormente assim classificado¹³, se bem que apenas seis acabem por surgir no quadro efectivo dos diversos Grupos da Faculdade. José Maria Rodrigues (1857-1942) transitou para Lisboa, enquanto, por sua vez, Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925), professora ordinária da Faculdade de Letras de Lisboa, foi colocada em Coimbra em comissão de serviço. Em 1919 os antigos teólogos representavam apenas 20 % do total dos docentes, tendo neste ano sido contratados como

⁹ Paul Ricoeur, *Temps et récit*, vol. I, Paris, Seuil, 1983, p. 171-172 e 342 s. Gérard Lenclud, «L'explication historique dans les sciences de l'homme», in Thierry Martin, dir., *Les sciences humaines sont-elles des sciences?*, Paris, Vuibert, 2011, p. 93-118.

¹⁰ Foi o Doutor Sílvio Lima (1904-1993) que iniciou a nova cadeira. Luís Ferrand de Almeida (1922-2006) foi encarregado das aulas práticas. Por motivos de serviço fiquei depois temporariamente incumbido da regência da cadeira. Cf. Fernando Catroga, «Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira no ensino da Teoria da História», *Revista Portuguesa de História*, 36/2, 2002-2003, p. 125-134.

¹¹ As Faculdades de Letras de Coimbra e Lisboa foram criadas pelo decreto com força de lei de 19 de Abril de 1911, a nova constituição universitária. A sua lei orgânica é de 9 de Maio de 1911 (decreto com força de lei) e a regulamentação é de 19 de Agosto do mesmo ano (decreto).

¹² Como estipulava o artigo 61 do decreto de 9 de Maio de 1911 e o decreto de 17 de Junho de 1911.

¹³ Decreto de 17 de Junho de 1911.

primeiros assistentes os coetâneos Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977)¹⁴ e Joaquim de Carvalho (1892-1958)¹⁵, já assistentes provisórios desde 1916.

A apetência dos Teólogos para as Ciências Humanas, estudos praticamente banidos da Universidade com a reforma pombalina de 1772, e sobretudo desde 1791 com a supressão da cadeira de Filosofia Racional e Moral da Faculdade de Filosofia, as quais acabaram, no entanto, por ter espaço específico na Faculdade de Direito, criada em 1836 e por diversas vezes reformada, era uma vocação natural. Por múltiplas vezes a Universidade havia tentado obter do regime constitucional a reposição de estudos humanísticos, iniciados, no entanto, em 1861, no Curso Superior de Letras, recentemente criado em Lisboa. Por outro lado era precisamente nas Faculdades de Teologia e de Cânones e Leis, e depois na nova Faculdade de Direito¹⁶, que se ensinava História na Universidade de Coimbra, naturalmente a pertinente aos ramos teológico-jurídicos das ciências então professadas. Os estatutos pombalinos, por exemplo, são minuciosos quanto aos conteúdos e fins da História Sagrada e Eclesiástica, assim como na imposição de métodos e processos de ensino, os quais constituíam também normas obrigatórias para Cânones e Leis no tocante às disciplinas de índole histórica. As matérias de Geografia, Cronologia, Hermenêutica e Exegese¹⁷, História Sagrada e Eclesiástica¹⁸, Liturgia¹⁹ ou a frequência obrigatória de algumas cadeiras de Direito, como Sociologia Geral e Filosofia do Direito ou

¹⁴ Proposto interinamente, como assistente provisório do 4.º Grupo, em 30 de Outubro de 1916 (Manuel Augusto Rodrigues, coord., *Actas da Faculdade de Letras* Vol. I (1911-1925), Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1989, p. 122).

¹⁵ Joaquim de Carvalho foi proposto para assistente provisório de Filosofia em 1 de Julho de 1916 (*Actas...*, vol. I, p. 118). A proposta para assistente de ambos os doutores foi aprovada pelo conselho da Faculdade em 7 de Maio de 1919. (*Actas...*, vol. I, p. 155-156).

¹⁶ Em 1874, sublinhava Emídio Garcia que a História só se ensinava no ensino secundário, reivindicando que um Curso Superior de Letras fosse criado em Coimbra, ou, pelo menos, «anexo a uma das faculdades positivas», um Curso de Filosofia da História ou uma História Crítica da Civilização, pela «importância que os estudos históricos tinham nas ciências jurídico-sociais». («Importância dos estudos históricos nas sciencias juridico-sociais e o ensino da História em Portugal», *O Instituto*, 19, 1874, p. 145-158).

¹⁷ A duodécima cadeira de Teologia chamava-se Isagoge Especial, Hermenêutica e Exegese.

¹⁸ Primeira cadeira da Faculdade de Teologia, cujos conteúdos podiam englobar alguns dos temas que inicialmente referimos. Um programa desta cadeira encontra-se, por exemplo, num volume que contém juntos trabalhos publicados em separado por António de Vasconcelos, *Opúsculos III*, que se encontra na Biblioteca Central da FLUC.

¹⁹ António de Vasconcelos foi autor de um *Compêndio de Liturgia Romana (Para uso dos candidatos ao sacerdócio)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1897-1900, 2 vols., 2.ª ed., 1902. Manuel Trindade Salgueiro considerou o compêndio «o início de uma revolução», acrescentando: «O homem prático que ensina a realizar todas as cerimónias, com minuciosa exactidão, nada fica a dever ao investigador erudito que, com rigor inexcedível retraça as origens, a história e

Direito Eclesiástico, ou mesmo de Antropologia e Geologia na Faculdade de Filosofia, pela reforma de 1901, propiciavam aos teólogos vocacionados uma carreira de investigação e de ensino de História.

Em 1911, porém, António de Vasconcelos, professor até então sobretudo de Estudos Bíblicos (Isagoge e Arqueologia)²⁰, assim como Joaquim Mendes dos Remédios (1867-1932), são colocados no segundo Grupo (Filologia Românica). Mendes dos Remédios manter-se-á na secção, embora se dedique também, para além da história da literatura, à história dos judeus e cristãos-novos em Portugal, sendo ainda hoje de prestimosa utilidade a consulta dos seus trabalhos, como provam as actuais reedições, mas Vasconcelos, espírito de formação múltipla, embora com provas dadas quanto à linguagem e à gramática²¹, fixar-se-á no domínio da História, cuja aptidão e gosto havia já sobejamente revelado. No ano de 1912-1913, com efeito, embora continuando a pertencer ao quadro de Românicas, onde permaneceu até 13-06-1916, data em que foi transferido para o 4º grupo²², passou a leccionar História de Portugal, encarregando-se da cadeira de Filologia Portuguesa a Doutora Carolina Michaëlis, mas em 1913 teve de aceitar, em acumulação, Epigrafia, Paleografia, Numismática e Diplomática, novas disciplinas que funcionariam no ano seguinte²³, e a quem se deve, literalmente, o seu desenvolvimento na Faculdade, de importância capital para a leitura de textos não recentes e fixação de factos²⁴.

o simbolismo de cada rito». («Discurso do Excelentíssimo Senhor Doutor Manoel Trindade Salgueiro...», in *Doutor António de Vasconcelos. Homenagem*, Coimbra, s. n. [?], 1937, p. 18).

²⁰ A nona cadeira de Teologia denominava-se Isagoge Geral e Archeologia e constituía a primeira parte de Estudos Bíblicos. Na segunda secção, Arqueologia, Vasconcelos indicava, no respectivo sumário, o estudo de «A vida doméstica dos hebreus».

²¹ Cf., infra, nota 154. Há autores que o dão também como professor de Filologia Românica no primeiro ano de funcionamento da Faculdade de Letras, mas há certamente equívoco, em que também incorri em trabalho anterior, seguindo o que corria, dado que a cadeira pertencia ao quarto ano de românicas e clássicas. A cadeira não consta, aliás, do currículo por ele apresentado em 1919 (*A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ao País*, Coimbra, Tipografia França Amado, 1919, p. (5) dos «Apêndices»). Vasconcelos começou por reger, isso sim, Filologia Portuguesa, cadeira comum a todas as secções. No mesmo ano teve igualmente de reger História Antiga a partir de 16 de Dezembro, por motivo de doença do seu docente. (*Actas...*, vol. I, p. 9). Em 2 de Janeiro ainda não tinha iniciado as aulas.

²² *Anuário da Universidade de Coimbra 1955-1956*, Coimbra, 1957, p. 15, nota. A Faculdade, em conselho do primeiro de Julho de 1916, conferiu-lhe o grau de Doutor em Letras, assim como a mais seis colegas. (*Actas...*, vol. I, p. 118). O currículo publicado em *A Faculdade de Letras...*, p. (5) de «Apêndices», dá a entender que ficou doutor nas «secções de Filologia Românica e de Ciências Históricas e Geográficas».

²³ *Actas...*, vol. I, p. 37, sessão de 31 de Julho de 1923.

²⁴ Cf., infra, nota 38.

Até 1916, os professores de História foram essencialmente três: António de Vasconcelos, Francisco Martins (1848-1916)²⁵, antigo professor de História Sagrada e Eclesiástica, e Porfírio António da Silva (1855-1919)²⁶, docente de Teologia e Dogmática, a que se juntou, como referimos, o assistente provisório Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977)²⁷. Joaquim Alves da Hora nunca chegou a exercer, encontrando-se impedido por doença desde 1905, acabando uma junta médica, em 1913, por o dar incapaz para o serviço, seguindo-se a aposentação²⁸.

Professores insuficientes para manter abertas todas as cadeiras do quarto Grupo da Faculdade à medida que iam entrando em vigor, pelo que algumas delas tiveram de ser regidas por professores de outros Grupos²⁹ ou mesmo de Direito e Medicina³⁰. Desde a primeira hora, tanto no quarto Grupo como na

²⁵ Biobibliografia in Manuel Augusto Rodrigues, dir., *Memoria professorum Universitatis Coninbrigenensis 1772-1937*, vol. II, Coimbra, Arquivo da Universidade, 1992, p. 28.

²⁶ Vide António de Vasconcelos, «Dr. Porfírio da Silva», *Revista da Universidade* de Coimbra, 8, 1922, p. 611-614, notícia necrológica; José Maria Amado Mendes, «A História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: investigação e ensino (1911-1926)», in *Universidade(es) História Memória Perspectivas Actas*, 1, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso, 1991, p. 487; *Memoria professorum...*, II, p. 46.

²⁷ Apresentou como dissertação de doutoramento *O Renascimento em Portugal Clenardo (Com a tradução das suas cartas)* I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917, e, como concurso para assistente, do IV Grupo, o vol. II do mesmo título, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918.

²⁸ *Memoria professorum...*, II, p. 74; J. Pinharanda Gomes, «Joaquim Alves da Hora ou a crítica teológica do positivismo», in Pinharanda Gomes, *Formas de pensamento filosófico em Portugal (1850-1950)*, Lisboa, Instituto Amaro da Costa, 1986, p. 125-140, citado a partir da obra seguinte; idem, «Mapa de recepção do neotomismo», in Pedro Calafate, dir., *História do Pensamento Filosófico Português*, Volume IV, *O Século XIX*, tomo I, Lisboa, Caminho, 2004, p. 507-509.

²⁹ Joaquim de Carvalho, por exemplo, leccionou por diversas vezes História Geral da Civilização (1917-1923) e Augusto Joaquim Alves dos Santos a disciplina de História Moderna e Contemporânea. (*Actas...*, vol. I, p. 160). Por sua vez, a Arqueologia chegou a ser regida por Eugénio de Castro e Almeida. (*Actas...*, vol. I, p. 141, conselho de 24 de Novembro de 1917). Virgílio Correia Pinto da Fonseca (1888-1944) leccionou-a nos anos de 1923-1924 e 1927-1944, juntamente com Estética e História da Arte de 1920 a 1944. Estiveram a seu cargo outras cadeiras. Cf., infra, nota, 238.

³⁰ A contratação de João Maria Telo de Magalhães Colaço (1893-1931), então assistente de Direito, foi deliberada em sessão da Faculdade de Letras datada de 13 Março de 1915. Regeu História das Religiões de 1915 a 1921, para além de História Geral da Civilização em 1916-1917. (Para a sua biografia, vide Diogo Freitas do Amaral, «Colaço, João Maria Tello de Magalhães», in *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento, vol. VII, Porto, Figueirinhas, 1999, p. 349, onde cita a sua «Vida e obra do Prof. João Telo de Magalhães Collaço (no primeiro centenário do seu nascimento)», *O Direito*, ano 126, vol. I-II (1994), p. 11-37). A História de Portugal esteve a cargo de Paulo Merêa de 1920 a 1923 e de Luís Cabral de Oliveira Moncada em 1928-1930,

Faculdade e Universidade, se impôs, no entanto, a personalidade de António de Vasconcelos, que se conservou eclesiástico, perdurando a sua acção e a sua figura na recordação vivida ou memória relembrada dos que nasceram antes das gerações da revolução de Abril de 1974.

A sua jubilação, em 1930³¹, marcou, com efeito, a primeira fase da história do 4.º Grupo, a qual coincide com a saída, em 1928, de Gonçalves Cerejeira³², o qual não mais voltou ao serviço efectivo da Faculdade, conservando-se na situação de licença ilimitada. Novos rumos compensados com a contratação, para assistentes, de Mário Brandão(1900-1995)³³ e M. Lopes de Almeida (1900-1980)³⁴; a de Damião Peres (1889-1976)³⁵ como professor catedrático, por concurso, chegado da Faculdade de Letras do Porto, extinta em 1928; e, pouco depois, com a mesma origem, de Torquato de Sousa Soares (1903-1988)³⁶, ao ser criado em Coimbra o curso de Bibliotecário Arquivista, uma vez abolido

substituindo Gonçalves Cerejeira. João Serras e Silva, da Faculdade de Medicina, por sua vez, chegou a leccionar História dos Descobrimentos e da Colonização (1920-1933), para além de outras cadeiras na Faculdade de Letras. (*Memoria professorum...*, II, p. 82).

³¹ Em 7 de Março de 1929 anuncia, em conselho da Faculdade, a necessidade de uma licença sabática, a qual começou em Outubro seguinte. Despede-se, do Conselho, em 10 de Maio de 1930, vinte dias antes de atingir o limite de idade para a função pública, a qual ocorreu no primeiro de Junho (*Actas...*, vol. II, p. 124, 129,137-138).

³² *Actas...*, vol. II, p. 110. A Faculdade, em 30 de Outubro de 1930, insiste com Cabral Moncada para tomar conta da regência da cadeira de História de Portugal, acabando por aceitar (*Actas...*, vol. II, p. 119). Continuou depois a sua regência, até 1942, Damião Peres. Cf., infra, nota 35.

³³ *Actas...*, vol. I, p. 118-119, proposta feita em 30 de Outubro de 1928. Doutoramento, 1933. Primeira posse como professor auxiliar em 25-03-1934.

³⁴ Proposta de contratação como professor auxiliar apresentada no Conselho da Faculdade em 10 de Julho de 1930. (*Actas...*, vol. II, p. 140). Primeira posse em 21-10-1930. *Vide*, para a actividade política, infra, nota 201.

³⁵ Vasconcelos propõe a sua substituição por Damião Peres em conselho de 28 de Outubro de 1929. Depois de se submeter a concurso, é nomeado por despacho de 1 de Agosto de 1931. Em 31 de Outubro deste ano, a Faculdade congratula-se pela sua entrada na Faculdade como professor, mas já no dia 12 havia ficado em primeiro lugar, em conselho, para Director da Biblioteca Geral da Universidade. Damião Peres havia sido provido na Faculdade de Letras do Porto em 21 de Agosto de 1921. (*Actas...*, vol. II, p. 130, 135, 159, 161, 177, 195, 199-200, para referências diversas). A Faculdade de Letras concedeu-lhe o grau de Doutor por Coimbra em 1932 (*Actas...*, vol. II, p. 177). As suas capacidades de trabalho e de organização eram publicamente reconhecidas.

³⁶ Licenciado em Ciências Históricas e Geográficas pela Universidade do Porto, onde foi docente na Faculdade de Letras. Requer doutoramento em Ciências Históricas em Coimbra, sendo apreciado o seu pedido, na Faculdade de Letras, em conselho de 5 de Junho de 1935. (*Actas...*, vol. II, p. 304). Doutorou-se em 31-07-1935. Primeira posse como professor auxiliar em 07-12-1937.

o que até então funcionava na Torre do Tombo³⁷. Estava iniciada, ou já em curso, a segunda geração de docentes do Grupo de História, onde as cadeiras auxiliares da História nasceram e se desenvolveram³⁸, sem faltar uma disciplina de Propedêutica Histórica, embora apenas entre duas reestruturações, a de 1926 e a de 1930³⁹. Os inícios dos anos cinquenta marcam o começo de um tempo de novos historiadores, tendo entrado no Grupo de História, em 1952, Salvador Dias Arnaut (1913-1995)⁴⁰ e Avelino de Jesus da Costa (1908-2000)⁴¹, mas acabando por se doutorarem apenas nos finais de 1950.

A chegada destes dois novos docentes, a que se juntará, pouco depois, para a cadeira de Arqueologia, João Manuel Bairrão Oleiro (1923-2000)⁴²,

³⁷ Decreto de 7 de Novembro de 1935. Na sessão de 21 de Novembro foi aprovado convidar Rui de Azevedo para professor de Paleografia, tendo surgido depois problemas na sua contratação, a qual não se chegou a realizar (*Actas...*, vol. I, p. 318 e 322). O esquema do curso manteve-se até 1982, data em que foi extinto.

³⁸ Por impulso de António de Vasconcelos e de Damião Peres, que se lhe seguiu. (*Actas...*, vol. II, p. 210). O apego a estas cadeiras era tal que em conselho da Faculdade de Letras de 20 de Novembro de 1926, ao tratar-se das cadeiras de propriedade, de acordo com a nova lei orgânica da Faculdade, Vasconcelos optou pela Paleografia, ficando Cerejeira proprietário de História de Portugal. (*Actas...*, vol. II, p. 62). Entre os objectivos da revista *Biblos*, como se explicita no seu n.º 1, estava o de «desenvolver a epigrafia, a numismática, a paleografia, a esfragística, difundindo o seu conhecimento, vincando o seu enorme valor histórico, dando-lhes o lugar de primazia, que lhes compete, sempre útil, quando não indispensável» (Mendes dos Remédios, Janeiro de 1925). Relembre-se que Vasconcelos era igualmente versado em simbologia cristã e mesmo em Antropologia física, como revela em *A Sé-velha de Coimbra (Apontamentos para a sua história)* Vol. I. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930; vol. II, 1935). Foi reeditada em 1993 pelo Arquivo da Universidade de Coimbra.

³⁹ Seria nesta cadeira, ou na de História Geral da Civilização, que surgiriam noções de «Teoria da História». Do programa de doutoramento de 1917-1918 faziam parte os seguintes temas: «Concepção científica e filosófica da História. Noção do facto histórico e critérios para a sua determinação. Leis históricas. Os imperialismos na história da Humanidade e a sua influência na marcha da civilização». Não foi fácil pôr a funcionar as aulas de Propedêutica Histórica, iniciadas por Gonçalves Cerejeira. (*Actas...*, vol. II, p. 70, 96, 121, 123, 142).

⁴⁰ Sobre aspectos da sua historiografia, vide Luís Ferrand de Almeida, «Notas sobre a obra historiográfica do Doutor Salvador Dias Arnaut», *Revista Portuguesa de História*, 31, vol. I, 1996, p. 31-45; António de Oliveira, «Jubilação universitária do Doutor Salvador Dias Arnaut», *Revista Portuguesa de História*, 22, 1985, p. 201-206; idem, *Biblos*, 60, 1984, 2.ª parte, p. 625-632. Discursos ao tempo da imposição das insígnias doutorais, *Biblos*, 41, 1965, p. 370-373 e s. A *Revista Portuguesa de História* dedicou-lhe o tomo 31, 2 vols., e a revista *Biblos* os números 76 e 77, 2000-2001, onde Leontina Ventura publicou «Breve nota de apresentação» e «Um Mestre. Um Amigo» (p. 7-15 do 1.º vol.). Uma bibliografia completa em Joaquim Tomaz Miguel Pereira, «Bibliografia do Prof. Doutor Salvador Dias Arnaut», *Revista Portuguesa de História*, 31, I, p. 9-30.

⁴¹ Dados curriculares in *Biblos*, 41, 1965, p. 370-373 e s.

⁴² Posse como segundo assistente em 5-1-1953.

coincide com a inauguração do actual edifício da Faculdade, a qual ocorreu em 22 de Novembro de 1951⁴³, mas será necessário ainda esperar quase uma década para se operarem mudanças visíveis na historiografia em Coimbra, à semelhança do que se passa no país e mesmo fora dele em algumas áreas nacionais, como adiante referimos, embora a geração dos anos trinta, na sua maioria, continuasse no activo.

3. A actividade da secção de História, em 1911, iniciou-se sob o impulso regenerador da lei orgânica da Faculdade e a letra da Constituição universitária, orientadas para a investigação e o ensino. O que se pretendia instaurar era um ensino activo, não sendo obrigatórias as aulas magistrais, mas sim as dos trabalhos práticos e de investigação. O que havia a evitar, era precisamente «o perigo de fazer do ensino da História um ensino de... histórias, porventura brilhante rememoração de factos notáveis, que de um género retórico nunca elevaria a história à dignidade de ciência. Enriquecia-se a memória, mas nem se aprendia a compreender o passado, nem a reconstituí-lo por meio de rigoroso processo crítico»⁴⁴.

Para o efeito, inaugura-se um ensino «objectivo, crítico, actualizado e intensivo», nas qualificações do texto acabado de citar, procurando-se o material de ensino necessário dentro do possível⁴⁵, estimulando-se os trabalhos práticos e organizando os centros de investigação. O arquivo da Universidade⁴⁶, o Museu Machado de Castro e depois Conímbriga⁴⁷ surgem como «laboratórios», chegando os professores ou assistentes, no que diz respeito ao Arquivo, a serem funcionários e, depois, seus directores, como sucedeu no imediato com Gonçalves Cerejeira e Mário Brandão, havendo a Faculdade reservado para si a sua directoria, competência atribuída ordinariamente a um professor da 4ª secção, na nomenclatura de 1927⁴⁸.

A Faculdade de Letras, de resto, nasceu com um estabelecimento anexo de investigação denominado Instituto de Estudos Históricos, de modo semelhante

⁴³ Os discursos da inauguração foram publicados no *Anuário... 1951-1952*, p. 35 s. O do Ministro da Educação também em *Biblos*, 27, 1951, p. 482-490.

⁴⁴ *A Faculdade de Letras ao País...*, p. 33.

⁴⁵ Sua discriminação em *A Faculdade de Letras...*, p. 35-36; *Actas...*, vol. II, p. 81.

⁴⁶ António de Vasconcelos foi encarregado de organizar o Arquivo da Universidade por despacho ministerial de 21 de Maio de 1897. O arquivo foi elevado «à categoria de repartição distinta» por decreto de 24 de Dezembro de 1901. O mesmo professor foi nomeado seu director por decreto de 6 de Maio de 1902. Dele escreveu uma primeira história: «O Archivo da Universidade», in *Anuário... 1902-1903*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1902, p. 3-51.

⁴⁷ Conselho da Faculdade de 10 de Julho de 1931. (*Actas...*, vol. II, p. 141).

⁴⁸ *Actas...*, vol. II, p. 73.

ao ocorrido na Faculdade de Direito, por exemplo, a qual detinha o seu Instituto Jurídico. Dele faziam parte as secções existentes de Filologia, História e Filosofia⁴⁹. Era regido por um conselho, constituído pelos directores das secções e presidido pelo director da Faculdade. Eram sócios do Instituto, para além de todos os alunos inscritos na Faculdade, «outros indivíduos, sejam ou não diplomados, que desejem fazer investigações científicas em harmonia com os fins do Instituto».

A história deste único instituto de investigação, que parece marcar a predominância do texto⁵⁰ e da crítica na Faculdade, a qual fazia parte dos seus símbolos iniciais, passou por muitas vicissitudes, a começar pela busca de um lugar para a sua sede, num tempo em que a Faculdade ainda não tinha edifício próprio, acabando por ser encontrado junto do Arquivo da Universidade. As maiores dificuldades, no entanto, ficaram a dever-se sobretudo à vontade autonómica de cada secção, procurando a diferença, impulso individualizador que bastante mais tarde se imporá a conjuntos de disciplinas dentro de cada área. Separação obrigatória desde início para o laboratório de Psicologia Experimental⁵¹ e abrigo da Geografia⁵², em busca das Ciências da Terra, a que depois se acrescentou a Fonética. Sucessivamente, a maior parte das áreas de estudo, a começar pelas de alemão (1925)⁵³ e Filosofia (1925)⁵⁴, seguindo-

⁴⁹ Decreto de 19 de Agosto de 1911, art. 29. O Instituto de Estudos Históricos aparece designado, algumas vezes, por Instituto de Estudos Históricos e Filosóficos, como em 1919 (*Actas...*, vol. I, p. 173), ou por Instituto de Estudos Históricos, Filológicos e Filosóficos, como em 1921. (*Actas...*, vol. I..., p. 193). Redundância a espelhar já bem, a propósito da distribuição de verba destinada ao Instituto, os conflitos internos nesta data. Poucos anos depois (1925) concretizam-se as primeiras cisões. Cf. Armando Luís de Carvalho Homem, «Revistas universitárias de História no Portugal do século XX», *Revista de História das Ideias*, vol. 18, 1996, p. 344, nota.

⁵⁰ A actividade filológica, segundo Saussure (1916), constituía então em «fixar, interpretar e comentar os textos» (P. Judet de la Combe, «Filologia e historia», in André Burguière, dir., *Diccionario de Ciências Históricas*, Barcelona, Akal, 1991 p. 302; 1.ª ed. francesa, 1986). Saussure foi recuperado a partir dos meados dos anos cinquenta com o novo desenvolvimento da Linguística e a difusão do estruturalismo.

⁵¹ *Vide*, para a sua história, Joaquim Ferreira Gomes, «As origens do laboratório de Psicologia Experimental da Universidade de Coimbra», em idem, *Estudos para a história da Universidade de Coimbra*, Coimbra, edição do Autor, 1991, p. 81-115, com bibliografia.

⁵² A nível de doutoramento, a 4.ª secção foi desdobrada, em 1918, em Ciências Históricas e Ciências Geográficas. Para a Geografia em Coimbra, vide Fernando Rebelo, *Reflexões sobre o ensino universitário da Geografia em Portugal: o exemplo da Faculdade de Letras de Coimbra: a propósito do seu 75.º aniversário*, (s. l., s. n.], 1986, Sep. de *Cadernos de Geografia*, n.º 5.

⁵³ *Actas...*, vol. II, p. 30 e p. 315. «Sala» desde 1924.

⁵⁴ As informações constantes do *Anuário* nem sempre são fidedignas. Considere-se, no entanto, que o Instituto de Estudos Filosóficos não consta, por exemplo, do *Anuário* de 1938-39

-se as de língua e cultura francesas (1932)⁵⁵ e depois as de expressão inglesa (1935)⁵⁶, foram-se libertando dos estatutos do Instituto de Estudos Históricos global, formando institutos independentes, principiando algumas áreas por se constituírem sob o estatuto de Salas. Neste movimento de diferenciação, o Instituto de Estudos Históricos acabou por se tornar apenas um órgão específico da História propriamente dita⁵⁷, passando a gozar desde 1932, até aos inícios da mudança para o edifício da actual Faculdade⁵⁸, nos termos de um decreto de Dezembro de 1930, do título de «Instituto de Investigação Científica»⁵⁹. Proposta que foi apresentada e aprovada em conselho da Faculdade em 12 de Dezembro de 1932, afirmando tratar-se de uma oficialização, formalidade que igualmente já havia ocorrido em 1927 em virtude do novo Estatuto da Instrução Universitária de 1926⁶⁰. Mas a sua história desde 1911 e os próprios textos de investigação nele realizados que fundamentaram cada uma das propostas não deixam dúvidas, se as houvesse, quanto à sua natureza inicial.

António de Vasconcelos havia sido director da secção de História do Instituto de Estudos Históricos global, para além de ser presidente nato do seu conselho enquanto director da Faculdade, e foi director do Instituto de Estudos Históricos,

(nomeados 4 institutos, 3 salas e 2 laboratórios) e de 1939-40 (com os mesmos estabelecimentos), situação cujos motivos não averigui. Na longa errata (publicada em dois locais) do primeiro volume citado nada foi corrigido, a propósito. No *Anuário* de 1940-41, continuando a devastadora 2.ª Grande Guerra Mundial, a rubrica dos «estabelecimentos» nem sequer foi publicada. Sobre o Instituto de Estudos Filosóficos *vide*, infra, nota 57.

⁵⁵ *Actas...*, vol. II, p. 197.

⁵⁶ A partir da Sala Inglesa. (*Actas...*, vol. II, p. 291). O Instituto foi oficialmente inaugurado em 1936.

⁵⁷ O *Anuário... 1921-1922* ainda discrimina as três secções do Instituto (p. 23), assim como o conselho da Faculdade em sessão de 21 de Maio de 1921. Os *Anuários* dos anos 1922 a 1927 não referem os estabelecimentos da Faculdade. Em 23 de Julho de 1924, no entanto, António de Vasconcelos informa o conselho da Faculdade, por ofício, «dando por finda a sua missão de director do Instituto de Estudos Históricos» e declarando intenção de não desejar ser reconduzido. Acabou por aceitar em 9 de Janeiro de 1925, sendo, ao mesmo tempo, preenchida a vaga de director do Instituto de Estudos Filosóficos. (*Actas...*, vol. I, p. 230 e 245). Em 1925 ainda António de Vasconcelos editou a *Estatística das matrículas...* sob a égide do Instituto de Estudos Históricos e Filosóficos. Mas a edição de *Inês de Castro...*, de 1928, já ostenta apenas a designação de Instituto de Estudos Históricos.

⁵⁸ O *Anuário... 1951-1952*, ainda indica o subtítulo. Este já não aparece no *Anuário... 1952-1953*.

⁵⁹ Decreto n.º 18 003, 25 de Dezembro de 1930, cap. XII, artigo 51º.

⁶⁰ *Actas...*, vol. II, p. 78-79 e 81, sessão de 27 de Abril de 1927. No ofício enviado ao Senado afirma-se que foi presente ao conselho da Faculdade uma lista de mais de duas dúzias de trabalhos impressos nele elaborados, entre os quais constavam alguns realizados por alunos.

em sentido restrito, até atingir o limite de idade para a função pública⁶¹. Com as honras que lhe foram atribuídas a partir da jubilação, o Instituto passou a chamar-se seu⁶², como de resto sempre havia sido, mas a política de investigação nacional havia mudado. Muito antes da inauguração do novo edifício em 1951 havia sido criado um Centro de Estudos Históricos⁶³ sob a égide do Instituto para a Alta Cultura, entidade que vigorou, com este nome, de 1936 a 1952, momento em que foi reestruturado e levemente baptizado (Instituto de Alta Cultura), o qual vigorou até 1976.

Com a criação dos novos institutos para o novo edifício⁶⁴, que atingiam o número de 17 com espaço organizado, Torquato de Sousa Soares assume a direcção do Instituto de Estudos Históricos, tendo anteriormente desempenhado as funções de secretário, em substituição de Damião Peres, o qual passou a dirigir o Instituto de Estudos Históricos Ultramarinos. Mas o financiamento da investigação desde há muito havia mudado de centro.

A reforma de 1957, no entanto, criou os seminários integrados no plano de licenciatura, os quais se «destinavam principalmente à orientação das dissertações de licenciatura e ao ensino prático dos métodos de investigação». A sua importância, em teoria, revela-se pela cautela do legislador ao determinar que «só a título vincadamente excepcional poderá atribuir-se a primeiros assistentes a direcção de seminários»⁶⁵. Continuados depois de 1974, constituíram, com outro enquadramento, um alfofre de vocações. Sintomaticamente, o *Anuário...*, referente a 1974-1975, coloca os Institutos sob o título de «Estabelecimentos de Investigação da Faculdade», seguindo, aliás, uma nomenclatura que já se encontrava, pelo menos, nos anos sessenta⁶⁶.

4. Foi no Instituto de Estudos Históricos, onde inicialmente pareciam caber os saberes da Faculdade, com excepção da Psicologia Experimental, Fonética

⁶¹ Damião Peres, o segundo director do Instituto, apresentou ao conselho da Faculdade, em 6 de Fevereiro 1936, um projecto de regulamento em que havia três secções de investigação: «estudos medievais portugueses; história ultramarina de Portugal; numismática». (*Actas...*, vol. II, p. 334).

⁶² O *Anuário* referente ao ano lectivo de 1938-1939, na indicação dos estabelecimentos pertencentes à Faculdade de Letras, já regista a nova designação. Na 2.^a edição de *Inês de Castro*, 1933, o Instituto não ostenta ainda o seu nome.

⁶³ O Centro de Estudos Geográficos data de 1933. (*Actas...*, vol. II, p. 214).

⁶⁴ No *Anuário* de 1951-1952 enumeram-se ainda apenas oito Institutos, duas Salas e dois Laboratórios.

⁶⁵ Portaria n.º 18 785, de 23 de Outubro de 1961. Preocupações semelhantes revelava a «reforma» de 1930.

⁶⁶ Tenho presente o volume do *Anuário... 1965-1966*, p. 77.

Experimental e Geografia, que se desenvolveu a historiografia profissional nascente.

A influência de quem o dirigiu, direcção colectiva da Faculdade nos primeiros anos, recorde-se, imprimiu-lhe um cunho que se manteve por muitas décadas. Sinais incrustados pelos movimentos culturais e políticos, orientando-se a História, nos primeiros cinquenta anos do seu Instituto, na proclamação da sua dignidade como ciência.

Para ser assim, ainda nos anos cinquenta do século XX, bastava-lhe, como disciplina, ter objecto e método próprios. Longo caminho começado pelo positivismo, com forte oposição mesmo antes da criação da Faculdade, onde os opositores combateram a doutrina mas aceitaram seus dictames em matéria de método científico. A começar por António de Vasconcelos que separava, como outros, concepções cosmogónicas da perseverante diligência no apuramento dos factos, de que fez um símbolo de vida e um sêlo da instituição.

A biografia do epónimo do Instituto é conhecida, havendo-se transformado num modelo epocal de homem e de historiador. Mas convém conhecê-lo um pouco melhor pela perspectiva historiográfica, o que nos importa agora, perscutando algumas das suas atitudes perante as correntes de pensamento da sua época. Para o efeito, teria muita importância, certamente, conhecer o recheio da sua biblioteca.

Edgar Prestage manifestou a vontade, em decisão testamentária, de oferecer a sua biblioteca à Faculdade de Letras de Coimbra sob condição de ser «conservada inteira, à parte, e separada dos livros de outra proveniência», cláusula aceite pela Faculdade desde que ficasse dentro da Biblioteca da Faculdade⁶⁷. No mesmo ano, por sua vez, António de Vasconcelos viu-se obrigado a vender a sua, decidindo-se a Faculdade pela sua compra⁶⁸. Na impossibilidade de poder ser reconstituída, pelo menos neste momento, temos ao nosso dispor mais de 220

⁶⁷ *Actas...*, vol. II, p. 246-247. Não consegui confirmar se a doação se chegou a efectuar.

⁶⁸ *Actas...*, vol. II, p. 283 e 292. Uma parte dos seus livros deu entrada no Instituto de Estudos Históricos. A biblioteca incluía «uma valiosa colecção de diplomas, quase todos membranáceos, que possui, alguns do século XII, numerados dos séculos XIII e XIV, e bem assim dos séculos seguintes, até ao XIX inclusivé, alguns deles autenticados com selos, mais ou menos bem conservados». Na opinião da Faculdade, o preço que pedia não representava uma compra, «mas pura e simplesmente» uma doação. Lembre-se, a propósito, que o produto da venda da sua obra de 1894 foi oferecido à Real Confraria da Rainha Santa Isabel, «sem reservar para si lucro algum». A obra era vendida pelo livreiro e editor Francisco França Amado, ao preço de 3 500 réis a pronto e 4 000 em prestações (8 x 500 réis), como anunciou na última página da contracapa de cada um dos dois volumes..

obras que publicou, no cômputo discriminado já em 1941⁶⁹, embora difíceis de apreciar pela variedade e circunstância em que foram redigidas, muitas delas fruto de uma vasta formação humanista e de «uma invulgar capacidade para a improvisação», no ajuizar de Torquato Sousa Soares.

Uma das correntes que seguiu, forçosamente, como inculca a formação teológica e a sua colaboração na revista *Instituições Christãs* (1883-1893), substituída depois pelo *Boletim Mensal* da diocese, era a do neotomismo, defendida com mais vigor e rigor no Seminário diocesano, a partir de 1879, do que na Faculdade de Teologia, «onde o método tomista havia perdido a validade primordial», predominando em filosofia as ideologias da Filosofia do Direito, na interpretação de Pinharanda Gomes⁷⁰.

António de Vasconcelos, como outros da sua geração, não deixou de se envolver na temática do «evolucionismo e origem da vida», tendo oportunidade de refutar por escrito, para além das aulas, a posição de Haeckel, o qual defendia o aparecimento da vida «por produção autogónica no seio de uma solução inorgânica»⁷¹. Repudia, naturalmente, o materialismo, demonstra «que a vida acusa uma força, distinta das forças físico-químicas, e superior à matéria», mas pugna pela não separação da Teologia «das ciências suas irmãs». Sem estas, a Teologia imobilizar-se-ia «na exposição austera e clássica dos dogmas»⁷². A revista *Brotéria* (1902) seguirá nesta linha, mas o catolicismo imporá uma

⁶⁹ Elenco publicado na *Revista Portuguesa de História*, vol. I, 1940-1941, p. 11-47, de onde não constam todas os seus escritos públicos, iniciados em 1878, ano de entrada na Faculdade de Teologia.

⁷⁰ J. Pinharanda Gomes, «Mapa de recepção do neotomismo», in *História do pensamento...*, vol. IV, tomo 1, p. 452 s., que seguimos. Para as críticas ao materialismo por parte da Faculdade de Teologia, vide Maria Fernanda Reis Figueira, «A Faculdade de Teologia perante o materialismo (1861-1905)», *Revista de História das Ideias*, 1, 1977, p. 205-235.

⁷¹ Referimo-nos ao seu trabalho «Memoria pelo Dr. Antonio Garcia R. de Vasconcelos Professor de Dogmática na Universidade Catholica de Coimbra, o Evolucionismo e a origem da vida. Breve estudo sobre um capítulo do systema de HaecKel, in *Chronica do segundo Congresso catholico da Província eclesiastica de Braga* inaugurado na sua metropole no dia 6 de Abril de 1891», Braga, Typographia Lusitana, 1982, p. 305-346. Um dos temas das suas aulas. Com efeito, do programa da Terceira Cadeira da Faculdade de Teologia para o ano de 1890-1891, regida por António de Vasconcelos, constam as hipóteses transformistas de Darwin e Haeckel aplicadas à origem da espécie humana, assim como as modernas teorias da origem da vida, especialmente «o monismo de Haeckel», com suas apreciações críticas.

⁷² *Scientia e fé. Discurso recitado na Real capella da Universidade em 8 de Dezembro de 1887*, *O Instituto*, 37, 1889-190, p. 405-415. De igual parecer, por exemplo, Manuel Azevedo Araújo, na *Oração de sapiência* de 1905: «O ideal da teologia científica consiste, pois, na aliança íntima e permanente da função positiva com a função especulativa [...] terá de ser tradicional e crítico».

filosofia que não só se oporá ao positivismo, como procurará manter com ela a hegemonia que aquele tivera no século passado⁷³.

O não isolamento da Teologia das ciências positivas permitia, ao antigo professor de estudos bíblicos, o tranquilo tratamento dos textos pelo método saído das ciências da natureza, as quais, como bem se sabe, haviam proliferado, no século XIX, sob o signo da física e do método experimental⁷⁴, procurando-se a sua inteligibilidade através da síntese⁷⁵, sendo a razão garantia do conhecimento científico⁷⁶.

5. Ao iniciar-se na Faculdade de Letras a investigação e ensino da História, tanto António de Vasconcelos como os seus pares, alguns deles condiscípulos nos gerais de Teologia, executaram os seus trabalhos, obviamente, dentro dos cânones culturais e orientações vigentes. Quanto a estas, lembre-se o preâmbulo do decreto n.º 4, de 24 de Dezembro de 1901, que estabeleceu bases para a reorganização da Universidade. No seu n.º VII, com efeito, relembra os resultados obtidos nas ciências naturais e os seus métodos, os quais, como se declara, estavam, de modo constante e crescente, a serem aplicados «aos estudos das outras especialidades e nomeadamente às ciências sociais, à história, à filosofia e à pedagogia». Aplicação dos conhecimentos e dos métodos.

Neste paradigma científico, onde a explicação se sobrepõe à compreensão, mesmo em Estética e História da Arte, em que Joaquim de Carvalho parece não estar de acordo pelo menos neste domínio⁷⁷, a História era uma pura ciência, «une science comme la physique, ou comme la géologie», como havia afirmado já Fustel de Coulanges (1830-1889) por volta de 1875⁷⁸, o qual, em 1889, considerava também a história como «science des faits sociaux, c'est-à-dire,

⁷³ Rui Ramos, «A traição dos intelectuais», in José Mattoso, dir., *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 529 s.

⁷⁴ A ciência era de cariz positivista, com «vozes discordantes», em Portugal, como a de Antero (1842-1891). (Adelino Cardoso, «Filosofia e História das Ciências: a inteligibilidade científica no Portugal oitocentista», in *História do pensamento...*, vol. IV, tomo 2, p. 18-19).

⁷⁵ Entre a vasta bibliografia, Olga Pombo, *Unidade da Ciência e configuração disciplinar dos saberes. Contribuição para uma história do ensino*, Lisboa, Faculdade de Ciências, 1997, diss. de doutoramento, citada e aproveitada por Adelino Cardoso.

⁷⁶ J. Pinharanda Gomes, «As coordenadas do magistério», in *História do pensamento...*, vol. IV, tomo 1, p. 436-437.

⁷⁷ Vide, infra, nota 115 e respectivo texto.

⁷⁸ François Hartog, *Le XIX^e siècle et l'histoire. Le cas de Fustel de Coulanges*, Paris, PUF, 1988, p. 358.

la sociologie». As sociedades devem ser encaradas como seres vivos e, como tais, devem ser descritas, havendo um método para o efeito⁷⁹.

Pelo menos desde 1870, o método foi a obsessão de Fustel de Coulanges⁸⁰. Método que colocava o texto no centro: era preciso «examiner par le menu chacun des éléments de ce texte, à établir le sens de chaque mot, à dégager la vraie pensée de celui qui a écrit»⁸¹. «O melhor historiador é o que se mantém mais próximo dos textos, que os interpreta com mais justeza, que não escreve, e incluso que não pensa, senão através deles»⁸². São os factos que dão cientificidade à história e são os textos que no-los revelam «através da sua observação minuciosa»⁸³.

O método de cada disciplina, embora salvaguardando as especificidades, caracterizava-se, com efeito, pela subordinação aos factos, como impunha o monismo metodológico, o qual permitia «compreender todos os fenómenos do mundo físico e social», como se expressava Teixeira Bastos (1857-1902), discípulo de Teófilo⁸⁴. Mesmo em História da Filosofia, ou pelo menos da

⁷⁹ Fustel de Coulanges, *Histoire des institutions politiques de l'Ancienne France. L'alleu et la domaine rural pendant l'époque mérovingienne*, Paris, Librairie Hachette et C.^{ie}, 1889, p. IV-V. Atente-se na chamada de atenção de Ariès, sobre «o seu sentido da particularidade histórica» (Philippe Ariès, *O Tempo da História*, Lisboa, Relógio d'Água, 1992, p. 213).

⁸⁰ François Hartog, *Le XIX^e siècle et l'histoire...*, p. 103; José Maria Amado Mendes, *A História como Ciência. Fontes, metodologia e teorização*, Coimbra, Coimbra Editora, 1987, p. 68.

⁸¹ François Hartog, *Le XIX^e siècle et l'histoire...*, p. 367.

⁸² Citação retirada de Juan José Carreras Ares, «Ventura del positivismo», in Juan José Carreras Ares, *Razón de Historia. Estudios de historiografía*, Madrid, Marcial Pons – Prentas Universitarias de Zaragoza, 2000, p. 116, pertencente à *L'histoire des institutions politiques... monarchie franque*.

⁸³ Angela Birardi, Gláucia Rodrigues Castelani, Luiz Fernando B. Botelho, *O Positivismo, os Annales e a Nova História*, citando Coulanges. (<http://www.klepsidra.net/klepsidra7/annales.html>, em 04-03-2011).

⁸⁴ José Luís Brandão da Luz, «Orientação sociológica do positivismo», in *História do pensamento...*, vol. IV, tomo 1, p. 291-292. O pensamento de Comte começou a ser comentado e aplicado na Faculdade de Direito em 1866, por Emídio Garcia, mas costuma afirmar-se que foi com Teófilo Braga, ao entrar para o Curso Superior de Letras (1872), e precisamente quando regente interino da cadeira de História Universal e Pátria (1878-1879), que se inicia entre nós a difusão pública do positivismo «como corpo de doutrina filosófica e científica» (António Braz Teixeira, «Filosofia do Direito», in *História do pensamento...*, vol. IV, tomo 2, p. 101; José Luís Brandão da Luz, «A propagação do positivismo em Portugal», in *História do pensamento...*, vol. IV, tomo 1, p. 239 s.; Fernando Catroga, «Os inícios do positivismo em Portugal. O seu significado político-social», *Revista de História das Ideias*, I, 1977, p. 308 s.; idem, «O sociologismo jurídico e as suas tendências curriculares (1837-1911)», in *Universidade(s). Memória. História. Perspectivas...*, vol. I, p. 399-414. «A consagração máxima da influência universitária do positivismo sociológico», na Faculdade de Direito, espelha-se na reforma de

Cultura, considerava Joaquim de Carvalho em 1927, «sem a caça paciente e lúcida dos factos, todas as construções serão frágeis e precárias»⁸⁵. «A filosofia natural de Oitocentos», relembra o mesmo docente da Faculdade de Letras em 1930, foi «o império da objectividade e do amor do facto, confiante num mundo em si mesmo cosmos, isto é, ordem, e na eternidade de algumas verdades»⁸⁶. Como dirá Torquato de Sousa Soares, por volta de 1950, referindo-se a Fustel de Coulanges e repetindo o que a geração anterior já havia afirmado em Coimbra, como acabamos de transcrever, a História «não consiste senão em verificar os factos, analisá-los, aproximá-los e marcar-lhes o lugar». Mas reconhece-lhe, naturalmente, um espírito de síntese, isto é, «uma concepção filosófica da História, nomeadamente da História das Instituições»⁸⁷.

A influência desta teoria da História reforça-se, em Coimbra, através do modelo do historicismo alemão, que ficou indemne à influência da sociologia até cerca dos meados do século XX⁸⁸, e das relações culturais estabelecidas com a Alemanha, muito desenvolvidas a partir pelo menos desde 1923, tempo coincidente com a expansão, na Faculdade, dos Institutos de línguas modernas, sendo o de língua alemã, como indicámos, um dos primeiros a autonomizar-se do Instituto de Estudos Históricos. Com efeito, Manuel Lopes de Almeida, em 1927-1929, foi Leitor de português em Hamburgo e Mário Brandão desempenhou idênticas funções em Hamburgo e Berlim, de 1925 a 1928, tempo, recorde-se, do aparecimento em Estrasburgo, cidade «de novo» francesa em 1920, dos *Annales*, o mesmo sucedendo, no que diz respeito à permanência na Alemanha, a outros futuros professores da Faculdade.

Para se avaliar das possíveis influências no domínio historiográfico desta política cultural, extensiva a outras instituições do país, sublinhe-se, de novo, que «o método crítico filológico é, na sua origem, um produto puramente alemão»⁸⁹.

1911 (António Manuel Hespanha, «Historiografia jurídica e política do direito (Portugal, 1900-1950), *Análise Social*, 18 (72-73-74), 1982, p. 797).

⁸⁵ Joaquim de Carvalho, *Obra completa*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978, p. 337.

⁸⁶ Joaquim de Carvalho, *Obra completa*, vol. I..., p. 355.

⁸⁷ Citando a introdução à 1.ª parte de *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France*, 1875). Ao contrário, como pretendia sublinhar, de Gama Barros. *Vide*, infra, nota 143.

⁸⁸ Juan José Carreras Ares, *Razón de História...*, p. 54.

⁸⁹ Eduard Fueter, *Historia de la historiografía moderna*, vol. II, Buenos Aires, Editorial Nova, 1953, p. 140. Em França, por sua vez, a quarta secção da Escola Prática de Altos Estudos, fundada em 1868, abrangia os estudos históricos e filológicos, tendo editado uma *Revue Critique d'Histoire et de Littérature*. (Gonzalo Pasamar, *La historia contemporánea. Aspectos teóricos e historiográficos*, Madrid, Editorial Síntesis, 2000, p. 85-86).

Por outro lado, a «narração detalhada»⁹⁰, a «exposição rigorosa dos factos, por muito condicionados e carentes de beleza que sejam», havia sido arvorada por Leopold von Ranke (1795-1886), já em 1824, como «lei suprema do historiador»⁹¹.

6. O modelo inicialmente assumido pelo 4.º Grupo de História tinha já, no entanto, os seus contraditores⁹². À história que de modo comum se fazia chamou-lhe Henri Berr (1863-1954), precisamente em 1911, «histoire historique»⁹³. As ciências do espírito exigiam que a compreensão dos factos se fizesse «em relação às ideias e não, segundo a lógica explicativa das ciências naturais, em relação a outros factos»⁹⁴.

Com efeito, «a reacção contra a ideologia positivo-cientista começou a intensificar-se» nos começos da década de oitenta do século XIX⁹⁵, acabando por impor-se, na Literatura, História, Direito ou Filosofia uma corrente antipositivista, «fazendo apelo à imaginação e não apenas à razão», «ao voo do sonho a tocar os espíritos», nas expressões de Raul Brandão (1876-1930), «um dos primeiros críticos de Comte»⁹⁶. Tanto mais que *L'Évolution creatrice*

⁹⁰ E. Fueter, *Historia...*, vol. II, p. 212. Narração detalhada não é narração descritiva, acentua.

⁹¹ Reproduzimos de Juan José Carreras Ares, *Razón de Historia...*, p. 222. «En términos generales, puede afirmar-se que los primeros historiadores profesionales europeos han sido discípulos de la escuela alemana». (Gonzalo Pasamar, *La historia contemporánea...* p. 78). Segundo parece, eu próprio não teria ficado imune, embora cursasse a Faculdade apenas a partir dos inícios dos anos cinquenta do século XX. (Antonio Eiras Roel, «Coimbra, tradición y cambio. La obra de António de Oliveira en la historiografía del siglo XX», *Revista Portuguesa de História*, 35, 2001-2002, p. 610-637, onde se encontram apreciações historiográficas dos autores (que foram meus mestres) cujo sentido, neste momento, tento prefigurar. Eiras Roel põe bem em destaque (nas múltiplas notas) a herança que partilharam também com a historiografia portuguesa a partir dos meados do século XIX.

⁹² Nos anos 1890-1910, «l'histoire méthodique entre dans une zone de turbulences». (C. Delacroix e outros, *Les courants historiques en France XIX^e-XX^e siècle*, Paris, Armand Colin, 2007, p. 182).

⁹³ Citado por Lucien Febvre, *Combats pour l'Histoire*, Paris, Armand Colin, 1953, p. 114-115.

⁹⁴ P. Judet de la Combe, «Filologia e historia», in André Burguière, dir., *Diccionario de Ciências Históricas...*, p. 304.

⁹⁵ José Carlos Seabra Pereira, *Decadentismo e simbolismo na poesia portuguesa*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1975, p. 106 s.

⁹⁶ Citado por Feliciano Ramos, *Estudos de História Literária do século XX*, Lisboa, Ocidente, 1958, p. 145. Obra onde o autor estuda as ideias de pendor espiritualista que desde os finais do século XIX se começam a impor e se manifestam na Literatura e também na História. (António de Oliveira, «As Histórias da minha geração...», p. 363 e 367). A última expressão entre aspas do parágrafo a que se refere esta nota é de Delfim Santos, in Jacinto do Prado Coelho, dir., *Diccionario de Literatura...*, vol. 1, p. 128.

(1907), de Henri Bergson (1859-1941), havia aberto novas vias de conhecimento e de vida.

«Um ataque aos fundamentos do cientifismo da História»⁹⁷, havia-se desenvolvido já na Alemanha, na verdade, a partir de 1870, com Willelm Dilthey (1833-1911), Georg Simmel (1858-1918) e Heinrich Rickert (1863-1936). E em Coimbra, Paulo Merêa, Gonçalves Cerejeira e Cabral de Moncada, por exemplo, vão combater por um idealismo em História enquanto António Sérgio, fora da Universidade, se afirma naquilo que Magalhães Vilhena (1916-1993), que foi docente em Coimbra a partir de 1943, chamou de «idealismo histórico-social»⁹⁸, procurando outros uma via materialista.

Merêa (1889-1977) critica o «monismo cientista», a partir de 1910⁹⁹, pugnando «recolocar o homem no centro do cosmo e combatendo a sua coisificação sociologista»¹⁰⁰. Em favor das humanidades havia surgido a Faculdade de Letras por esta altura, onde Paulo Merêa, na sua primeira fase,

⁹⁷ Olivier Dumoulin, «Historicismo», in *Diccionario de Ciencias Históricas...*, p. 342; Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal...*, p. 206 s.

⁹⁸ Vasco de Magalhães Vilhena, «Em torno do idealismo histórico-social de António Sérgio», *Revista de História das Ideias*, 5, 1983, p. 167-246. idem, *António Sérgio. O idealismo crítico e a crise ideológica burguesa*, Lisboa, Seara Nova, 1964. Vide também, no mesmo número da *Revista de História das Ideias*, Olga de Freitas da Cunha Ferreira, «António Sérgio e os Integralistas», p. 427-469. Vasco Magalhães Vilhena licenciou-se em 1939 com a dissertação *Progresso. História breve de uma ideia*, livro editado em 1941 (2.^a ed., Caminho, 1979), o qual já foi considerado «o primeiro livro filosófico marxista escrito em Portugal». (Mas a *Unidade da Ciência. Introdução a um problema* (1941), dissertação para doutoramento, que não foi aceite, «só limitada e indirectamente [segundo Eduardo Chitas], pode esta obra, a meu ver, ser qualificada de marxista». Sobre o autor, vide Eduardo Chitas, «Vasco de Magalhães –Vilhena. Um caminho interceptado: o jovem Magalhães-Vilhena e o tema da unidade da ciência», in Pedro Calafate, dir., *História do pensamento filosófico português...*, vol. V, tomo 2, p. 221-231; Hernâni Resende, « II O historicismo como princípio metodológico do pensamento filosófico de Magalhães –Vilhena», in *ibidem*, p. 232-265; e capítulo IV, de vários autores, intitulado «A filosofia da ciência no Portugal do século XX», in *ibidem*, p. 480-483. Magalhães Vilhena colaborou no n.º 2 da *Revista Portuguesa de História* (1943), na secção «Historiografia Nacional e Estrangeira», redigindo a parte de «História do Pensamento (1939-1941)», onde se encontra uma recensão à obra de Vitorino Magalhães Godinho, *Razão e História (Introdução a um Problema)*, de 1940, nas p. 348-350.

⁹⁹ Paulo Merêa, «Idealismo e Direito», in Paulo Merêa, *Estudos de Filosofia Jurídica e de História das Doutrinas Políticas*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004, p. 37 s. O texto retoma uma palestra proferida em o Instituto de Coimbra nos finais de Dezembro de 1910, como o autor declara. Sobre a reacção antipositivista em Direito, vide António Braz Teixeira e Paulo Ferreira da Cunha, «Filosofia do Direito», in *História do pensamento filosófico português...*, vol. V, tomo 2, p. 13 s.

¹⁰⁰ António Manuel Hespanha, *Historiografia jurídica e política do direito...*, p. 798.

ensinará História de Portugal e nela serão igualmente docentes, como acima referimos, Magalhães Colaço e Cabral Moncada, transpondo este, já em 1927, «a ideologia histórico-política do Integralismo para o Estado Novo», fazendo do movimento do primeiro de Dezembro não apenas uma «revolução política», mas sobretudo uma «revolução de ideias»¹⁰¹.

Contra o paradigma positivista se insurgirá e combaterá, também, por volta de 1923-1924¹⁰², invocando «a lógica intuicionista e vitalista de Bergson», o docente universitário Gonçalves Cerejeira, apostado numa militância intelectual contra «a base moral da I República» e aproveitando para «começar o ajuste de contas com a visão anticlerical da história de Portugal»¹⁰³. Curiosamente, em *Clenardo* (1917 e 1918-19), na interpretação de Luís Salgado de Matos, Cerejeira «surge-nos surpreendentemente maquiavélico e economicista», apoiando-se em António Sérgio para explicar o não desenvolvimento de Portugal quinhentista: «o mecanismo da decadência não se compreende bem se não o filarmos nas condições sociais e económicas», ao mesmo tempo que frisava a falta de «uma classe dirigente que o guiasse para regime económico mais próspero e mais activo»¹⁰⁴.

Este carácter socioeconómico da História de Portugal visto por Cerejeira, que já foi considerado «mais um teórico da História do que um historiador» (Luís Reis Torgal), depara-se-nos em outros pontos, um dos quais na observação de que a antiga «história era um rosário intérmino de nomes e datas: dir-se-ia que esses homens superiores criaram do nada toda a história», levando-nos a recordar, talvez abusivamente, Michelet (vol. I, p. 158). «Se ao lado da nobreza houvesse uma poderosa e activa classe popular, que pelo trabalho fortemente organizado pudesse fixar e desenvolver a riqueza», a crise teria sido vencida,

¹⁰¹ Olga de Freitas da Cunha Ferreira, «António Sérgio e os Integralistas»..., p. 459. Seguindo Luís Reis Torgal, *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*, vol. I, Coimbra, BGU, 1981, p. 31 s.

¹⁰² Manuel Gonçalves Cerejeira, *A Igreja e o pensamento contemporâneo*, Coimbra, Coimbra Editora, 1924.

¹⁰³ Luís Salgado de Matos, «Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico», *Análise Social*, 36 (160), 2001, p. 806.

¹⁰⁴ A possível influência de António Sérgio só poderia ser a partir de trabalhos editados antes de 1917. São bem conhecidas «As duas políticas nacionais», datadas de 1925 (*Ensaio*, II, Lisboa, Publicações Europa-América, 1957, 2.^a ed., p. 85-122). A explanação de «a cavalaria e o comércio, em prejuízo da produção», está, no entanto, em as *Considerações histórico-pedagógicas antepostas a um manual de instrução agrícola na escola primária*, datado de 1915 ou 1916. (Há uma edição de 1915, mas a de 2008 assinala a data de 1916 para o texto). As cartas que Cerejeira publica inculcam, no entanto, a mesma ideia. Mais: «ao lado» da elite sergiana, «uma poderosa e activa classe popular». A burguesia?

uma vez erradicados, é verdade, os «defeitos da raça» (vol. I, p. 161). O que pressupunha também que a sociedade «estive[sse] preparada para se deixar governar». A sua Idade Média não lhe podia dar exemplos de democracia, hierarquizada como estava com o Papado no vértice do poder. Atente-se, no entanto, que as razões explicativas da decadência de quinhentos foram transmitidas curricularmente pelos anos fora, sendo os volumes de doutoramento e de concurso para assistente, com nova edição em 1926 e outras posteriores¹⁰⁵, instrumentos de trabalho escolar ainda nos anos cinquenta, pelo menos.

Da crítica ao positivismo do século XIX, Cerejeira reteve apenas o método, acentuando, no entanto, «refugado ele porém como filosófico»¹⁰⁶. Método seguido pelos integralistas quanto aos factos em política¹⁰⁷ e por António de Vasconcelos na historiografia, rigor metódico que se coadunava com o seu conhecimento aprofundado da crítica no domínio da história sagrada e eclesiástica, que afinal sempre praticou, do dogma à história da arte, obra «que toda se arrobou no amor dos fastos coninbricenses» (Virgílio Correia). E se tivermos em conta a formação inicial dos outros professores do 4.º Grupo, onde não se pode deixar de lembrar a duradoira e frutuosa presença do medievalista P.º Pierre David (1882-1955), francês chegado a Coimbra em 30 de Março de 1941, para reger Literatura Provençal¹⁰⁸, trazendo consigo uma longa experiência e actualização europeia de conhecimentos, para além da dor da pátria, parece não ser arriscado afirmar que a historiografia teria de seguir uma corrente espiritualista¹⁰⁹, tendência imposta pelo poder pelo menos a

¹⁰⁵ 4.ª edição, revista, 1974-1975, Coimbra, Coimbra Editora.

¹⁰⁶ *A Igreja e o pensamento contemporâneo...*, p. 223.

¹⁰⁷ Olga de Freitas da Cunha Ferreira, «António Sérgio e os Integralistas»..., p. 437).

¹⁰⁸ Havia permanecido na Universidade de Cracóvia de 1922 a 1939, para onde não mais pôde voltar, depois de estar em Roma. Os últimos 14 anos da sua vida passou-os a estudar a Idade Média portuguesa, não sendo crível que a influência historiográfica francesa não ficasse marcada em Coimbra. Ao chegar a esta cidade regeu logo, para além de Literatura Provençal, mais dois cursos de História, de que estão publicados os programas (As escolas e o ensino na Idade Média; Liturgia e as instituições eclesiásticas). Sobre a sua investigação e ensino, *vide* Torquato de Sousa Soares, «Prof. Doutor Pierre David», *Revista Portuguesa de História*, 6, 1955, p. V-XXXVIII; Avelino de Jesus da Costa, «Prof. Cónego Pierre David: trabalhos inéditos e bibliografia», *Revista Portuguesa de História*, 6, 1955, p. LI-CXLII. Há separata com data de 1965. Foram-lhe dedicados os tomos 6 e 7 desta revista. Cf., também, Torquato de Sousa Soares, «Prof. Pierre David», *Biblos*, 20, 1944, p. 582-583. Parte da sua biblioteca deu entrada no Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, cumprindo-se uma vontade de Pierre David, negociada «por baixo preço com a família, que não era abastada».

¹⁰⁹ Em termos filosóficos, o espiritualismo não é um termo unívoco, assim como não o é também o conceito de idealismo. Para sínteses da doutrina, Cláudia Ramos, «Idealismo»,

partir dos anos trinta¹¹⁰, opondo-se ao materialismo histórico. O «economismo histórico», a «interpretação económica da história»¹¹¹ ficava, assim, vedada na Faculdade de Letras de Coimbra, o que não significa que a história económica não fosse ensinada ou tivesse mesmo um arremedo de investigação¹¹². Ainda nos finais dos anos sessenta, no entanto, os cultores da história económica arriscavam-se a serem rotulados de materialistas¹¹³.

Não obstante, e talvez exactamente por isso, a História, sob o ponto de vista metódico, demorará a sair do modelo fiscalista em Portugal, embora a crise dos princípios da Física (relatividade e quântica), que libertou a Filosofia do «utilitarismo burguês voltado para a técnica, para o pragmatismo»¹¹⁴,

in Dicionário de Sociologia, Porto, Porto Editora, 2002, p. 195; e o clássico André Lalande, *Vocabulaire technique et critique de philosophie*, Paris, PUF, 1972, voc. «Idéalisme».

¹¹⁰Luís Reis Torgal, *A Universidade e o Estado Novo...*, p. 92 e 107 s.

¹¹¹Vasco de Magalhães Vilhena já elucidou por quem foi divulgada a concepção materialista da História, em países de expressão latina, nos finais do século XIX e princípios do século XX, e a recordação de que o revisionista Eduard Bernstein (1850-1932) propôs que a expressão «concepção materialista dialéctica da história» fosse substituída por «interpretação económica da história». Achille Loria (1857-1943), por sua vez, indica como sinonímia «economismo histórico». («Em torno do idealismo histórico-social de António Sérgio»..., p. 197 e 202). Como a reforçar estes significados, João Lúcio de Azevedo (1855-1933) advertiu o leitor, no intróito de *Épocas de Portugal Económico*, datado de 1928: «Os estudos de que se compõe este volume obedecem ao conceito materialista, não único, mas certamente indispensável para a compreensão da história». (Cito pela 2.^a ed., 1947). A interpretação marxista da História, embora «matizada», começou a surgir primeiro fora da Universidade, onde chega pelos anos sessenta-setenta. (António Ventura, «O marxismo em Portugal no século XX», *in* Pedro Calafate, dir., *História do pensamento filosófico português...*, vol. V, tomo 2, p. 215, onde indica nomes de autores; sobre Marx na Faculdade de Direito de Coimbra, *ibidem*, p. 197 s.).

¹¹²Nas aulas ou mesmo em trabalhos de investigação, os professores serviam-se de dados de História Económica ou realizavam trabalhos que se podem englobar dentro desta disciplina. Assim, Gonçalves Cerejeira citou Costa Lobo, em matéria de equivalência monetária, em *Clenardo...*, vol. I, p. 82 e utilizou-o igualmente em «Notas históricas sobre os ordenados dos lentes da Universidade» (*Biblos*, vol. II, p. 638-672 e vol. III, p. 30-57), usando um tempo longo, da fundação à república). Nas aulas de Idade Média do ano lectivo de 1917-1918, por exemplo, serviu-se do preço do trigo e dos salários fornecidos por Avenel ao tratar da «Miséria». (Manuel Luís Martins, *Que é a Idade Média?*, Coimbra, Imprensa Académica, 1918, p. 38-46). Cerejeira, como aluno, teve de fazer trabalhos práticos sobre geografia económica e na prova escrita para acto de bacharel desenvolveu por escrito o tema «A hulha e o ferro no Reino Unido», tendo redigido 4 folhas (Vítor Manuel Pinto Silva Matos, *A primeira vida de Manuel Gonçalves Cerejeira 1888-1928 A reconquista*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1998, polic., apêndice). Cf. José Maria Amado Mendes, «A História na Faculdade de Letras...», p. 494.

¹¹³António Quadros, *A teoria da História em Portugal, II*, Lisboa, Espiral, D. L. 1968, p. 167.

¹¹⁴Ortega y Gasset, *O que é a Filosofia?*, Lisboa, Biblioteca Editores Independentes, 2007, p. 43 s.

tenha abalado a crença na perfectibilidade do progresso e numa história regida por leis. Nem as novas correntes historiográficas, entretanto surgidas além fronteiras, parecem ter demovido metodicamente os historiadores universitários de Coimbra, talvez por não terem cultivado a História Económica, como adiante se repetirá, não obstante Joaquim de Carvalho ter já em 1933, pelo menos, enviado publicamente um alerta, precisamente em discurso de cerimónia solene na Sala dos Capelos, ao dizer de um amigo e correligionário, que elogiava, professor de Estética e História da Arte: «Como historiador da arte, [...] fez da explicação, que não da compreensão apenas, o norte dos seus estudos. É, se assim me posso exprimir, um positivista. Inventaria factos, como ninguém no nosso tempo, e procura as conexões objectivas entre êles, e estes factos e estas conexões se não nascem com o perfume da pura sensibilidade estética é porque aspiram à glória perene da fundamentação científica. Eu não sei se a atitude científica é possível em matéria de arte, porque o artista se não move no reino dos factos, mas dos valores»¹¹⁵.

7. O gosto pelas chamadas disciplinas auxiliares da História, o rigor lógico-matemático da linguística, os manuais de crítica histórica¹¹⁶, o historicismo alemão e o culto sistémico do facto nas ciências experimentais, levaram António de Vasconcelos, ao enveredar pela História, à análise miúda dos textos em busca de testemunhos rigorosos, sem deixar de convocar, sempre que possível, os traços materiais da inscrição do passado. Análise de crítica externa e interna em busca do rigor, da certeza, semblante que igualmente cultivava Cerejeira e todos os docentes até aos anos trinta de novecentos, tendência igualmente

¹¹⁵ «Discursos pronunciados na cerimónia de doutoramento...», p. 501-502.

¹¹⁶ Manuais obrigatórios ou não. A Faculdade de Teologia adoptou, em 1896, um novo manual para a cadeira de História Eclesiástica, o de Franciscus Zeibert (*Compendium historiae ecclesiasticae*, Brunae, 1889, segundo *Anuário* de 1896-1897), completado nas aulas com a história eclesiástica de Portugal e a obra de introdução à história do Pe. Charles Smedt (1831-1911) no que diz respeito à crítica histórica. (Carlos A. Moreira Azevedo, «Teologia», in *História da Universidade em Portugal...*, vol. II, p. 390-396, no prelo; Manuel Augusto Rodrigues, «Subsídios para a história da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra: Livros estrangeiros adoptados na última fase da sua existência», *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 8, 1986, p. 215-227, publicação de relatórios sobre aprovação de manuais escolares, extraídos das actas dos conselhos da Faculdade de Teologia, incluindo o de Zeibert). De entre os manuais, Sílvio Lima citava, nas aulas de Teoria da História, Ernest Bernheim (1850-1942), *Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie*, um título acrescentado, em 1903, ao *Tratado do método histórico*, com primeira edição em 1898. (Fernando Catroga, «A historiologia de Sílvio Lima», in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, vol. I, Porto, Faculdade de Letras, 2001, p. 336).

seguida pelos seus discípulos que, através do neopositivismo, se tornou mais seca, proscrevendo os adjectivos e as apreciações morais¹¹⁷.

De Cerejeira, por exemplo, Sílvio de Lima chegou a afirmar, antes do confronto de ideias que o vitimou em tempo de intolerância¹¹⁸, que entre as múltiplas qualidades profissionais do colega contava-se «a prudente atitude crítica que o levava a verificar antes de afirmar, certíssimo como está das paixões humanas adúlteradoras dos factos»¹¹⁹. E de Mário Brandão, por exemplo, basta considerar a forma como transcreveu os documentos e a fundamentação minuciosa do texto, atitude extensiva aos colegas coetâneos, para de imediato se ajuizar da sua probidade¹²⁰. Mas nenhum investigador, que me recorde, foi ao ponto de passar uma certidão comprovativa da exactidão dos documentos transcritos, recorrendo à autoridade do secretário da Universidade, como se metaforicamente se recordasse de Fernão Lopes, como fez António de Vasconcelos em 1897, então lente de Dogmática, ao publicar *Francisco Suárez (Doctor Eximus). Colleção de documentos*¹²¹, obra integrada na comemoração do terceiro

¹¹⁷ «Todas as ciências se exprimem na linguagem da física» (Alexandre Morujão, «Neopositivismo», in, *Enciclopédia Verbo...* Sobre o neopositivismo e sua divulgação em Portugal em relação com a ciência, vide Augusto J. S. Fitas, Marcial A. E. Rodrigues e Maria de Fátima Nunes, «A filosofia da ciência no Portugal do século XX», in Pedro Calafate, dir., *História do pensamento filosófico português...*, vol. V, tomo 2, p. 446 s.; Fátima Nunes, «A imprensa cultural e científica local na primeira metade do século XX – Um discurso da cultura científica para o país global», in Fernando Taveira da Fonseca, coord., *O poder local em tempo de globalização. Uma história e um futuro*, Coimbra, Palimage, 2005, p. 95-111. Vide, infra, nota 209.

¹¹⁸ *O amor místico* (1935) foi precedido de *Notas críticas ao livro do Sr. Cardeal Gonçalves Cerejeira «A Igreja e o pensamento contemporâneo»* (1931, 2.^a ed.). Existem hoje bons estudos (incluindo uma dissertação de doutoramento e outra de mestrado) sobre a obra e a personalidade de Sílvio Lima. Destaco: Pedro Archer de Carvalho, *Sílvio Lima: um místico da razão crítica: da incondicionalidade do «amor intellectuallis»*, Coimbra, s. n., 2009. Sobre «a independência intelectual e humanismo racionalista e crítico», vide Pedro Calafate, «O humanismo crítico de Sílvio Lima», in Pedro Calafate, dir., *História do pensamento filosófico português...*, vol. V, tomo 2, p. 267-279.

¹¹⁹ Padre Moreira das Neves, *O cardeal Cerejeira...*, p. 199, publicando um texto, por fac-símile, de um livro de homenagem. Transcrevi apenas uma parte.

¹²⁰ Apanágio do conhecimento científico. Para a Filosofia, atente-se nos títulos de Alexandre Morujão: *A Filosofia como saber rigoroso de fundamentação*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1982, p. 31-49, sep.; idem, *Husserl e a Filosofia como ciência rigorosa*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1955, sep. A fenomenologia de Edmund Husserl (1859-1938) permitia colocar em suspensão, entre parênteses, o acontecimento, o que facilitava o encadeamento dos factos. (François Dosse, *Renaissance de l'événement...*, p. 49).

¹²¹ O escrúpulo pela exactidão era tal que no primeiro de Maio de 1897 lavrou uma certidão de responsabilidade quanto à exactidão dos documentos publicados, tendo conferido as provas tipográficas com os originais, coadjuvado pelo secretário da Universidade, certificando ambos, com as suas assinaturas, «a sua exactidão perfeita», como ainda hoje se costuma fazer em

centenário da incorporação «do príncipe da ciência teológica» na Faculdade (de Teologia), homenagem que ele próprio havia proposto.

Vasconcelos, que no coloquial quotidiano talvez tenha sido um pormenorizador, sem lhe faltar evidente capacidade de síntese¹²², era, com efeito, um meticoloso apurador dos factos, com carácter obsessivo pelo pormenor, nas palavras de Torquato de Sousa Soares, ou na apreciação idêntica de Gonçalves Cerejeira, que o considerava o primeiro entre os Mestres, um homem dotado de «erudição vasta, precisa, segura [e de] extraordinária faculdade de observação paciente, minuciosa e fiel»¹²³. No mesmo sentido ajuizou o simbolista Eugénio de Castro, ao anotar, em 1919, o seu ensino acentuadamente crítico através da joieira das fontes e dos factos¹²⁴. Já em 1912, numa sessão do Senado universitário, a propósito de uma memória que este órgão lhe havia encomendado, e que leu ou resumiu «acerca dos bens e da evolução da fortuna da Universidade de Coimbra», foi reconhecido, por um dos senadores, o seu «espírito de há muito proficiente e seguro no campo das investigações históricas», como ficou exarado nas respectiva acta¹²⁵. E em 1927, ao tempo em que preparava a primeira edição de *Inês de Castro*, não deixou de comunicar à Academia das Ciências de Lisboa, de que era sócio, através do seu amigo José Maria Rodrigues, a localização exacta onde foi decapitada Inês de Castro e «onde se passou o último período dos [seus] amores, «*o paaço derradeiro ou paaço da Raynha, ou casas dapar de santa Crara*» [...]. Anos de buscas nos arquivos e de pesquisas *in situ*, colocaram-me em condições de poder localizar, e dizer, com segurança: – Era aqui»¹²⁶. Observação, *in situ*, que

documentos notariais autenticados. Ocasionalmente, quando assistente, tive oportunidade de ver o Doutor Mário Brandão fazer o mesmo tipo de revisão tipográfica no Arquivo que dirigia. O apego deste professor a dar-nos «com absoluta fidelidade os textos na sua forma original», no modo em que o fazia, foi criticado, já em 1943, por Torquato de Sousa Soares na recensão crítica a *Coimbra e D. António rei de Portugal* (1939), publicada em *Revista Portuguesa de História*, II, 1943, p. 511-515. (Aproveitado de António de Oliveira, «As Histórias da minha geração...», p. 378, nota 93).

¹²²Cf. «O primeiro altar-mor da Sé-velha», in *A Sé-velha de Coimbra*, vol. II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993, p. 9. s.

¹²³Autógrafo do cardeal Cerejeira publicado na *Revista Portuguesa de História*, I, 1941, datado de Lisboa, 25 de Maio de 1940.

¹²⁴*A Faculdade de Letras...*, p. 122; José Maria Amado Mendes, *A História na Faculdade de Letras...*, p. 483. Eugénio de Castro, que publicou *Oaristos* em 1890, entrou na Faculdade em 1914.

¹²⁵Manuel Augusto Rodrigues, dir., *Actas do Senado, vol. I, 1911-1926*, Coimbra, Arquivo da Universidade, 1980, p. 37.

¹²⁶*António de Vasconcelos perpetuado nas páginas do «Correio de Coimbra» 1922-1941*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2000, p. 152; Damião Peres, «Prof. Doutor

igualmente o levou a indicar «o local preciso» em que Pier Maria Baldi colocou a sua mesa de trabalho para traçar a conhecida panorâmica de Coimbra¹²⁷. Segurança no pormenor que igualmente vamos encontrar em Salvador Dias Arnaut em 1960, recorrendo o médico à opinião de outros médicos legistas, ao descrever o assassinio de Maria Teles em Coimbra pelo filho de Inês de Castro, D. João¹²⁸. Como considerava, «o método de uma história clínica é análogo ao da História»¹²⁹.

A exactidão e a imparcialidade de António de Vasconcelos eram aspectos da metodologia científica e notas caracterizadoras do seu carácter¹³⁰, timbrado por um espírito crítico vigoroso e persistente, como demonstrou, por exemplo, na polémica que travou com a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais quanto ao tema de restauração de monumentos¹³¹, já como jubilado e, por sinal, quando se começava a traçar a nova cidade universitária, com programas desde 1934¹³². As suas críticas

António Garcia Ribeiro de Vasconcelos», *Revista Portuguesa de História*, I, 1941..., p. 9.

¹²⁷ *A Sé-velha de Coimbra*, vol. II..., p. 171.

¹²⁸ *A crise nacional dos fins do século XIV...*, p. 138. Como se exprimiu Américo da Costa Ramalho, em elogio na Sala dos Capelos, «o Doutor Salvador Arnaut [...] sofre a tortura e, quiçá, sente o prazer da minúcia, continuamente insatisfeito com o grau de certeza que o historiador, homem falível como todos os outros cientistas, pode alcançar na busca da verdade». («Doutoramentos solenes» de Salvador Manuel Dias Arnaut e Pe. Avelino de Jesus da Costa, *Biblos*, 41, 1965, p. 385). E da primeira edição do ensaio de investigação histórica *Ladeia e Ladera* (1939), publicado ainda como estudante, «com suas digressões, conclusões, notas, documentos, aditamentos e correcções [costumavam] os colegas [de curso] dizer que era mais denso e hermético do que a hegeliana *Fenomenologia do Espírito*. Mas, para além desta ironia, todos logo pressentimos em Salvador Arnaut a probidade científica, o rigor de análise, a capacidade construtiva do futuro historiador». (Arnaldo Miranda Barbosa, «Discurso...», *Biblos*, 41, 1965, p. 376).

¹²⁹ Salvador Dias Arnaut, «Oração...», *Biblos*, 41, 1965, p. 373.

¹³⁰ «Estudem-se os documentos, ponderem-se os factos à luz da crítica, e depois escreva-se sem prevenções. A História é a nuncia da verdade e não a tuba clangorosa das paixões partidárias», escreveu António de Vasconcelos em 1897. (*Escritos vários*, II..., p. 190). E numa nota cronológica sobre Cesare Cantù (1804-1895), autor que aparecerá citado, por exemplo, nas aulas de Gonçalves Cerejeira, não deixou de ponderar, em 1895, a propósito da sua *Storia universale* (Turim, 1840-1847), expressando ideais do catolicismo liberal: «Pena é que a sua feição pronunciadamente catholica e theocratica o não deixassem apreciar alguns factos com inteira imparcialidade». (*O Instituto*, 42, p. 195).

¹³¹ *Vide A Sé-velha...*, vol. II, p. 58 s. dos «Apêndices».

¹³² Nuno Rosmaninho, *O princípio de uma «revolução urbanística» no Estado Novo. Os primeiros programas da cidade universitária de Coimbra (1934-1940)*, Coimbra, Minerva, 1996. As «Breves palavras» que antecedem o vol. II de *A Sé-velha...* estão datadas de 8 de Fevereiro de 1935.

não pouparam as instituições eclesiásticas, da inquisição¹³³ aos cônegos de Santa Cruz¹³⁴ ou da Sé¹³⁵, por exemplo, quando as encontrava a bloquearem injustamente o seu caminho da história, a do passado ou a do presente. E neste contexto atreveu-se a emitir juízos de valor, logo na sua primeira tentativa histórica, os quais mereceram reprovação em 1943¹³⁶, em tempo de neopositivismo, o qual inculcava uma escrita sem adjectivos qualificativos, os quais, no entanto, estão presentes em António de Vasconcelos nos quadros morais ou em alguns voos de criação imagética. Como também em Salvador Dias Arnaut, como bem salientou Luís Ferrand de Almeida, ao caracterizar a sua historiografia como «de sólida base erudita, mas que sabe ultrapassá-la em busca dos problemas, dos sentimentos e das paixões dos homens»¹³⁷.

Vale a pena recordar que embora os factos fossem «dados inamovíveis» (Carreras), a história principiava a partir daqui, a qual pressupunha uma teoria: «sans théorie préconçue, pas de travail scientifique possible», lembrava em 1947 Lucien Febvre (1878-1956), combatendo a história que não era a sua, mas a do medievalista Louis Halphen (1880-1950), um dos fundadores da colecção *Peuples et Civilisations*¹³⁸. Pressuposto teórico, no entanto,

¹³³ *Evolução do culto de D. Isabel...*, vol. I, p. 68 e 458 s.; e nos adjectivos semeados em «Ayres de Campos – Elogio histórico lido em sessão solene do Instituto de Coimbra, na noite de 2 de junho de 1895», o qual se encontra reproduzido em *Escritos Vários*, vol. II..., p. 527-558. Este elogio é seguido de um artigo de Aires de Campos (1818-1885) intitulado «Um auto de Fé», onde a serenidade da linguagem espelha a mesma aversão quanto ao Santo Ofício. Politicamente, António de Vasconcelos militou no partido progressista, até ao advento da república, «de alma e coração» (José Lencastre), chegando a ser membro da comissão executiva. Exerceu também, entre os cargos públicos não universitários, o de vogal da Comissão distrital, órgão com «especial importância política e administrativa», e o de reitor do Liceu de Coimbra. (António Luís da Costa Rodrigues, in *Doutor António de Vasconcelos. Homenagem*, Coimbra, s. n. [?], p. XXVIII-XXX).

¹³⁴ *Evolução do culto de D. Isabel...*, vol. I, p. 68, 75, 99, 134. Saiu em defesa dos cruzios Joaquim Mendes dos Remédios, ao tempo apenas licenciado em Teologia, em recensão crítica ao *Culto de D. Isabel...* Vasconcelos respondeu com novos argumentos e não retirou «um único dos adjectivos» usados. («D. Isabel de Aragão», *O Instituto*, 41, n.º 16, p. 984-996).

¹³⁵ *A Sé-velha...*, vol. II, p. 252.

¹³⁶ Torquato de Sousa Soares, «Prof. Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos», *Revista Portuguesa de História*, II, 1943, p. 10, referindo-se ao trabalho *Evolução do culto de Dona Isabel...* Na página 501 desta obra, António de Vasconcelos não se coibiu de afirmar, quanto á construção do novo templo de Santa Clara: «Desperdiçou-se, ou, melhor roubou-se muito dinheiro, e o edifício pouco subiu». Outra apreciação crítica das suas obras, Damião Peres, «Prof. Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos...», p. 7-8.

¹³⁷ «Notas sobre a obra historiográfica do Doutor Salvador Dias Arnaut»..., p. 44.

¹³⁸ Lucien Febvre, *Combats pour l'Histoire...*, p. 117, numa recensão crítica à obra de Louis Halphen, *Introduction à l'Histoire*, Paris, Presses Universitaires, 1946, com prefácio datado de 1943-1944, livro que era indicado aos alunos de Ciências Históricas e Filosóficas nos anos

como acentua Carreras Ares, que invoca a citação de Febvre, que a história tradicional também admitia ao recorrer a «ideas generales e hipótesis en la construcción histórica»¹³⁹. A ideologia não podia deixar de estar presente, como actualmente se reconhece nos historiadores de regime¹⁴⁰, ou nos que foram capazes de alcançar a síntese, ultrapassando o investigador, para usar uma terminologia do tempo de António Sérgio¹⁴¹. Toda a historiografia, de resto, é ideológica, o que não impede a sua cientificidade¹⁴². Torquato de Sousa Soares, no prefácio à edição multiplicadora dos volumes iniciais de *História da Administração Pública em Portugal...*, de Gama Barros (1833-1925)¹⁴³, havia já escrito que, para além do método científico e da «fria análise dos factos e de serena e objectiva construção histórica», o autor revela «sempre o fio condutor que o dirige e anima, [o qual] reflecte a ‘pessoa’ que dele se serve para a síntese que ambicionava»¹⁴⁴. A História é, também,

cinquenta do século XX (e editado em Coimbra, Almedina, 1961, com prefácio de Sílvio Lima). Febvre era pelas ideias, «ces braves femmes, dont parle Nietzsche, qui ne se laissent pas posséder par les hommes au sang de grenouille» (p. 118).

¹³⁹Juan José Carreras Ares, *Razón de Historia...*, p. 148-149. No mesmo sentido, C. Delacroix e outros, *Les courants historiques en France...*, p. 153.

¹⁴⁰Luís Reis Torgal, *A Universidade e o Estado Novo. O caso de Coimbra. 1926-1961*, Coimbra, Minerva, 1999, p. 159.

¹⁴¹António Sérgio considerava-se menos um historiador do que um ensaísta sobre sugestões da interpretação histórica, não sentido bossa pela erudição e a História. (Prefácio da 2.^a ed., datado de 1956, de *Ensaios*, tomo II, Lisboa, Publicações Europa-América, 1957).

¹⁴²Michel Foucault, *A arqueologia do saber...*, p. 237; Armando de Castro, «Para a Teoria das Ideologias», *Revista de História das Ideias*, 8, 1986, p. 637; Karl Popper, *O mito do contexto. Em defesa da ciência e da racionalidade*, Lisboa, Edições 70, 2009, p. 142.

¹⁴³Henrique da Gama Barros, *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.^a edição dirigida por Torquato de Sousa Soares, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1945-1954, 11 vols. A 1.^a ed., de 1885-1922, tinha 4 vols. Havia mais um volume inédito, o qual foi integrado na segunda edição. Na *Revista Portuguesa de História*, vol. IV, 1949, p. V-LXXV, Torquato de Sousa Soares traçou uma biografia de Gama Barros onde se encontra uma apreciação da sua forma de entender a escrita da História. Gama Barros, com «inapetência para a síntese», é «o jurista que disseca», não lhe reconhecendo uma «concepção filosófica da História, nomeadamente da história das Instituições». Estávamos pouco depois de 1949, dado o desfasamento entre o ano da capa da revista e o do calendário. O texto de Gama Barros, com efeito, é uma segura extensão do documento. (Cf., supra, nota 87). Num contexto de elogio a Damião Peres, em 1959, o então director da Faculdade de Letras considerava: «O Mestre que o é de verdade, deve ser capaz de dissecar um assunto, de desfibrar um problema, de analisar um evento em todo o pormenor. Mas há de ter asas que o elevem alto acima da minudência mesquinha: – tão alto, que os pormenores secundários se diluam na distância» (João da Providência Costa, «Jubileu universitário do Doutor Damião Peres», *Biblos*, 35, 1959, p. 664).

¹⁴⁴Tomo I, Lisboa, Sá da Costa, 1945, p. XI. A mesma ideia, por exemplo, a propósito de Pierre David.

autobiográfica. E era vida, na imagem vitalista de Cerejeira em 1924, expressa no volume *A Igreja e o pensamento contemporâneo*: «Cultivou-se nele escrupulosa e sinceramente a verdade, mas não a indiferença, porque a fria indiferença perante os problemas supremos da vida, é já ofensa à vida, e traduz incapacidade de amor»¹⁴⁵. Mas não foi em busca dos afectos que os historiadores profissionais coetâneos, mais voltados para a razão, partiram à procura de *Le Portugal Inconnu* (1910), de Léon Poincard (1857-1917), assumido depois como uma imagem de nacionalidade recriada pelos intelectuais¹⁴⁶. A História Contemporânea não fazia ainda parte do objectivo dos historiadores universitários, para além do horizonte dos programas das provas de doutoramento, como sucedeu, pelo menos, em tempo da primeira grande guerra¹⁴⁷.

8. O pulsar da vida pode exprimir-se de muitos modos, mas a história viva pode ser amordaçada pela linguagem que a exprime.

A História, com efeito, ao tornar-se ciência e deixar de ser literatura, eliminou da sua narrativa «all literary ornaments and of statements without proof»¹⁴⁸. Vasconcelos assim procedeu, embora não tivesse ficado espartilhado pela «passividade e neutralidade rankiana»¹⁴⁹. É verdade que o catedrático António de Vasconcelos, em 1894, foi criticado pelo excesso de erudição e falta de ornamento literário pelo ainda apenas licenciado em Teologia Joaquim Mendes dos Remédios, para quem, nitidamente, a História convivía com a Retórica.

¹⁴⁵ Edição de 1924, «Prefácio». E na p. 30, datada de 24 de Fevereiro de 1923: «Ciência, não é toda a ciência do homem, mas só o saber experimental». Em 1930 havia definido Joaquim de Carvalho: «A matéria da ciência é o que é: o real, o concreto, o objectivado; a substância dos valores, pelo contrário, é o dever-ser, o normativo e não o indicativo». (Joaquim de Carvalho, *Obra completa*, vol. I..., p. 356). Sobre a História, em Gonçalves Cerejeira, *vide* Vítor Manuel Pinto Silva Matos, *A primeira vida de Manuel Gonçalves Cerejeira...*, p. 138-159. Marc Bloch, referindo-se a Pirenne, dizia que «l'Histoire c'est la vie – et l'historien ne peut qu'aimer la vie». («Annales d'Histoire Sociale», 1945, vol. 8, nº 1, p. 9, nota 8, texto de Lucien Febvre).

¹⁴⁶ António de Oliveira, «Problemática da História Local», in *Pedaços de História Local...*, vol. I, p. 35-37. Rui Ramos, «O nascimento de uma nação», in José Mattoso, dir., *História de Portugal*, vol. VI..., p. 565 s.

¹⁴⁷ Entre os temas para doutoramento, no ano lectivo de 1917-1918, estava «Os imperialismos na História da Humanidade e a sua influência na marcha da civilização» ao longo da Antiguidade Clássica, Idade Média, Tempos Modernos e Época Contemporânea. Esta abrangia, na Inglaterra, os períodos de Eduardo VII [reinou de 1901 a 1910] e de Jorge V [governou de 1910 a 1936]; para o poder germânico, Guilherme I [imperador da Alemanha unificada, 1871 a 1888] e Guilherme II [imperador alemão de 1888 a 1918]. (*Actas...*, vol. I, p. 137-138).

¹⁴⁸ Frederick J. Teggart, *Theory and processes of history*, California, University of California Press / Berkeley and Los Angeles, 1960, p. 12, trabalho inicialmente editado em 1918.

¹⁴⁹ Juan José Carreras Ares, *Razón de Historia...*, p. 49.

Como escreveu, ao «acervo de citações, em que o autor se apraz e deleita com a persistente tenacidade de um beneditino e que nos incommoda positivamente como se vissemos diante de um panorama vasto, sim, mas picado de accidentes sem, afinal, sabermos para onde fixar a retina cansada e preguiçosa, junta-se uma certa dureza de estylo, uma seccura que incommoda, como quando mastigamos um fructo que nos não affecta o paladar como desejamos»¹⁵⁰.

Mendes dos Remédios gostaria que o autor, que «investiga, aquilata, interpreta, analysa, disseca», se não tivesse «deixado possuir demais da sua missão de investigador e de critico. Disse o que queria pelo menor numero de palavras, attendendo pouco ao ornato». Era como, transcrevo eu, tivesse presente Langlois e Seignobos: o historiador «doit toujours bien écrire et ne jamais s'endimancher»¹⁵¹. Mas o assunto a tratar, na opinião de Mendes dos Remédios, impunha «a harmonia do rigor historico e da fórmula artistico-verbal»¹⁵². Proposta que não vingou, conservando António de Vasconcelos um estilo, no entanto, bastante diferente do de Gonçalves Cerejeira, «castiço e musical»¹⁵³. Ainda em 1996, o presidente da Academia das Ciências de Lisboa dava razão a Vasconcelos, tão conhecedor da língua e da gramática portuguesas¹⁵⁴, «pela limpidez da escrita e mesmo pela simplicidade do estilo, tão adequado aos estudos históricos»¹⁵⁵. E já em 1936, Manuel Trindade Salgueiro o tinha como «um mestre consumado da língua», para além de o ser também como

¹⁵⁰ «D. Isabel de Aragão», *O Instituto*, 41, 1894, p. 916-917.

¹⁵¹ *Apud* Christian Delacroix, «Écriture de l'histoire», in C. Delacroix e outros, dirs., *Historiographies. Concepts et débats*, vol II, Paris, Galimard, 2010, p. 732.

¹⁵² Cf. «D. Isabel de Aragão», *O Instituto*, 41, 1894, p. 916-917.

¹⁵³ Em 1892, Eugénio de Castro sonhava com «uma prosa onde a música das palavras se case com a tendência musical das ideias» (Eugénio de Castro, «Advertência» [ao poema em prosa «Sapfira»], in *Jornal do Comércio*, 39.º ano, 6 de Março de 1892; reproduzimos de José Carlos Seabra Pereira, *História crítica da literatura portuguesa*, vol. VII [Do Fim-de-Século ao Modernismo], Lisboa, Verbo, 1995, p. 240). Musicalidade que Luís Salgado de Matos encontrou na diss. de doutoramento: «Contribui para o êxito imediato da obra o estilo literário, um português castiço, a um tempo dúctil e rigoroso, matizado e cheio de vigor, musical que baste para nos fazer ouvir o que estamos a ler, recorrendo ao exemplo que prende o coração apenas depois da síntese e que fascina a inteligência». (Luís Salgado de Matos, «Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico»..., p. 807).

¹⁵⁴ Vasconcelos foi autor de diversas obras sobre esta especialidade, tendo começado pela *Pluralização da linguagem* (1887), dissertação ao magistério universitário; *Notas sobre a língua portuguesa* (1896); *Gramática portuguesa. (Para uso dos alunos da terceira classe)*, 1898; *Gramática portuguesa para uso dos alunos dos Lyceus (III, IV e V classes)*, 1899; *Gramática histórica da língua portuguesa VI e VII classes dos Lyceus*, 1901. Esteve envolvido em *A questão orthográfica e o Instituto de Coimbra* (1896).

¹⁵⁵ *Vide*, infra, nota 160.

«historiador, filólogo, exegeta, sociólogo e artista»¹⁵⁶. Vasconcelos considerou sempre a história retórica como incapaz de se tornar científica.

Quanto «à secura que incomoda», Torquato de Sousa Soares chamou já a atenção, por exemplo, para a forma concisa como Vasconcelos descreveu a morte da Rainha Santa, tempo por onde começa a narrativa da primeira tentativa histórica, dado que não encontrou documentado anteriormente o seu culto religioso¹⁵⁷. O «estilo seco», contudo, não se encontra em todos os escritos de Vasconcelos, o qual possuía uma visão alargada do que se devia entender por História dentro da Faculdade de Letras¹⁵⁸.

António de Vasconcelos tinha gosto especial pelas biografias, as quais lhe permitiam a pormenorização, mas também uma reconstrução colorida¹⁵⁹, o que é bem visível em *Brás Garcia de Mascarenhas*, datado de 1922¹⁶⁰, ou em textos originalmente de circunstância, como a conferência que está na base de *A Sé-velha de Coimbra*, cujo primeiro volume saiu em 1930¹⁶¹ e o segundo em 1935, e que Torquato de Sousa Soares classificou «mais do que um estudo sereno e frio de reconstituição histórica, um verdadeiro e esplêndido hino de louvor à catedral de Coimbra»¹⁶². Mas verdadeiramente seco é o texto sobre Inês de Castro, destinado a aulas de História de Portugal¹⁶³, na senda do estilo da obra de 1894, «courageando-se contra a sentimentalidade com a frieza imparcial e austera,

¹⁵⁶ «Discurso...», in *Doutor António de Vasconcelos. Homenagem...*, p. 20.

¹⁵⁷ *Evolução do culto de D. Isabel...*, vol. I, p. 23-24.

¹⁵⁸ *Orações de Sapiência da Faculdade de Letras...*, p. 29.

¹⁵⁹ Torquato de Sousa Soares, *Prof. Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos...*, p. 11.

¹⁶⁰ Há uma recente reedição fac-similada com apresentação de José V. de Pina Martins. (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996). Um segundo volume contém, em fac-símile, *Viriato Trágico*. O então (1996) presidente da Academia das Ciências de Lisboa considerou, na «Apresentação» que escreveu para esta edição, a obra de Vasconcelos como «[...] uma das melhores monografias que algum dia foram compostas em Portugal sobre um autor da nossa literatura. Pelo rigor da elaboração crítica, pela segurança das conclusões, pelas cautelosas propostas conjecturais quando falta a documentação, pelo método, pela limpidez da escrita e mesmo pela simplicidade do estilo, tão adequado aos estudos históricos, o *Brás Garcia Mascarenhas* [...] pode apresentar-se, ainda hoje, como um estudo modelar de pesquisa biográfica» (p. VII).

¹⁶¹ «*Praefatiuncula*», datado de 7 de Janeiro de 1930, in *A Sé-velha...*, vol. I.

¹⁶² «Prof. Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos...», p. 17.

¹⁶³ *Inês de Castro – Estudo para uma série de lições no curso de História de Portugal*, Porto, Marques de Abreu, 1928, edição muito ilustrada. Segunda edição, de luxo, 1933. No ano lectivo de 1919-1920 havia dado seis lições sobre o tema integrado na cadeira História de Portugal. Foi esse texto, agora refundido e ampliado, que publicou. A obra começa pela apresentação das fontes.

necessária aos estudos históricos»¹⁶⁴. Virgílio Correia, que considerou António de Vasconcelos ter atingido então «o ponto culminante da sua carreira literária», não deixou de observar que a primeira parte da obra era constituída por «cinco capítulos medidos, sóbrios, fundamentados, de boa história portuguesa»¹⁶⁵. Numa e outra obra, um crítico desfazedor de lendas, mas contido quanto ao transcendental que a sua autoridade de teólogo e de celebrante quotidiano da Eucaristia não permitia que lhe fosse posto em dúvida¹⁶⁶.

A estas características de historiador, representante da «metodologia individualizadora», aspecto depois «depreciado entre as excelências que teve o historicismo alemão»¹⁶⁷, devem juntar-se as qualidades humanas e pedagógicas de sacerdote de cultura aberta que imitia juízos de valor liberais sobre instituições e actos de religiosos do passado. Qualidades que foram generosamente arquivadas pelo coronel Belisário Pimenta (1879-1969), não obstante o seu antagonismo político e religioso. Vasconcelos considera-o, em 1930, velho amigo¹⁶⁸, e, com efeito, com ele conviveu desde os recuados tempos em que em casa do avô e do tio se reuniam os que tinham necessidade de imprimir obras. Foi o jovem Belisário que gravou em madeira a ilustração das capas dos volumes de *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão*, da autoria de António Augusto Gonçalves. Sob sua influência floresceu a vocação historiográfica que Belisário Pimenta acabou por revelar ainda ao tempo de miliciano¹⁶⁹.

Dons pedagógicos e humanistas que soube inculcar à unidade de investigação do Grupo de História e que Pierre David, chegado a Coimbra com o seu país dilacerado e «havendo perdido os seus instrumentos de trabalho»,

¹⁶⁴Sobre narração histórica, vide Paul Ricoeur, *Temps et récit*, vol. I..., p. 165 s. Sínteses recentes sobre a escrita da História: François Dosse, *L'Histoire*, Paris, Armand Colin, 2010, 2.^a ed., p. 86 s.; Christian Delacroix, «Écriture de l'Histoire», in C. Delacroix e outros, dirs., *Historiographies... II*, p. 731-743; François Dosse, «Récit», in C. Delacroix e outros, dirs., *Historiographies... II*, p. 862-876; Francis Affergan, «Écriture et sciences humaines», in Sylvie Mesure e Patrick Savidan, dirs., *Le dictionnaire des Sciences Humaines*, Paris, PUF, 2006, p. 354-358; Roger Chartier, «Récit et Histoire», in Sylvie Mesure e Patrick Savidan, *Le dictionnaire des Sciences Humaines...*, p. 969-972.

¹⁶⁵Virgílio Correia, «Bibliografia. Inês de Castro, pelo Doutor António de Vasconcelos», *O Instituto*, 75, 1928, p. 644. Há separata.

¹⁶⁶Matéria em que se envolveu Sílvio Lima (*Notas críticas...*, Apêndice, «Transcendente e História», p. 229 s. e 144s.). Os seus conhecimentos epigráficos e teológicos facilmente desfizeram «a lenda coimbrã da freira das mãos cortadas» (1898).

¹⁶⁷Juan José Carreras Ares, *Razón de Historia...*, p. 40.

¹⁶⁸*A Sé-velha...*, vol. I, p. 66.

¹⁶⁹Cf. António de Oliveira, «Belisário Pimenta, historiador», in *Pedaços de História Local*, vol. II..., p. 403-444.

soube moralmente reconstituir ao reconhecer no Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos «ces disciplines intellectuelles que sont en même temps des vertus morales, probité, patience, modestie dans la recherche, respect de la vérité intransigeant jusqu’au scrupule, gratitude envers les maîtres disparus qui se concilie avec la volonté de vérifier donnés et solutions des problèmes»¹⁷⁰.

9. A reconstrução histórica é selectiva e imperfeita, embora objectiva e inacabada como qualquer ciência¹⁷¹. Para a imperfeição, basta considerar que a neurociência demonstrou que «a nossa percepção do presente é altamente selectiva e a memória do passado não é fidedigna»¹⁷². O estado da documentação e o ordenamento ideológico da construção são outros vectores selectivos.

Marc Bloch e Lucien Febvre, em 1929¹⁷³, escolheram inicialmente os aspectos sociais e económicos, opondo-se aos políticos e diplomáticos prevalentes numa das correntes historiográficas alemãs¹⁷⁴ e mesmo de França. Estas últimas temáticas igualmente predominaram em Coimbra (e no país), sobretudo depois de 1926.

Dentro do positivismo, os actores da História são os agentes do progresso, o qual permite estabelecer uma hierarquia dos acontecimentos, privilegiando aqueles que mais contribuem para a mudança¹⁷⁵. Esta é levada a efeito pelos que se encontram na esfera política, sendo, assim, «les événements politiques qui seront privilégiés et considérés comme les événements par excellence»¹⁷⁶. E foram-no durante muitas décadas, como se Michelet não tivesse existido.

¹⁷⁰Pierre David, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, s. 1., s. n., 1947; obra patrocinada pelo Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos e «Institut Français au Portugal». Conjunto de temas tratados no «Curso de Instituições Medievais» que leccionou desde 1941.

¹⁷¹«O que se denomina objectividade científica consiste tão-só na abordagem crítica [...]. «É a disponibilidade para a crítica mútua que constitui a objectividade» (Karl Popper, *O mito do contexto...*, p. 159; idem, *Lógica das ciências sociais*, Rio de Janeiro / Brasília, Tempo Brasileiro e Ed. Universidade de Brasília, 1978, p. 16 e s., citado por Raymundo de Lima, in <http://www.espacoacademico.com.br/064/64lima.htm>, consultado em 04-03-2011). Posição semelhante de Max Weber, quanto a objectividade e aspecto «hipotético e conjectural» do conhecimento científico, in Raymond Aron, *As etapas do pensamento sociológico...*, p. 481.

¹⁷²Sandra Aamodt e Sam Wag, *Cérebro. Manual do utilizador*, Lisboa, Pergaminho, 2009, p. 23.

¹⁷³Mas «nem tudo nasceu em 1929», como recentemente foi sublinhado por François Dosse, insistindo que Charles Seignobos, «bouc émissaire de Lucien Febvre, mérite qu’on le relise» (François Dosse, «Préface à l’édition de 2010», in *L’histoire en miettes...*, ed. de 2010, p. 1).

¹⁷⁴E. Fueter, *Historia de la historiografía moderna*, vol. II ..., p. 212.

¹⁷⁵François Dosse, *Renaissance de l’événement...*, p. 29, a partir de uma citação de Krzysztof Pomian.

¹⁷⁶François Dosse, *Renaissance de l’événement...*, p. 29.

António de Vasconcelos não tinha gosto pela história política, embora a houvesse tentado¹⁷⁷. Dedicou-se, sobretudo, a algumas modalidades da história da igreja (culto, arte, arqueologia) e das instituições universitárias de Coimbra, as quais tiveram como continuadores, no período que consideramos, Mário Brandão, sobretudo, e M. Lopes de Almeida.

A partir dos anos trinta, no entanto, a história política está presente, embora ao lado de outras feições, na bibliografia de Damião Peres e Lopes de Almeida ou, mais tarde, em Salvador Dias Arnaut¹⁷⁸ ou mesmo na primeira fase de Luís Ferrand de Almeida (1922-2006)¹⁷⁹. História política, diplomática, militar e institucional, sendo esta fomentada pelos historiadores da Faculdade de Direito, num tempo ainda em que o estudo das sociedades se não havia imposto¹⁸⁰. Tendência, de resto, que já pelo menos em 1901 havia sido traçada para o Curso Superior de Letras, havendo o legislador decretado: o estudo da história pátria «versa, em particular, sobre a história política, a diplomática, a colonial e as instituições nacionais»¹⁸¹. Corrente que estava também de acordo

¹⁷⁷Em 1894 publicou *Viriatho (Um capítulo da história da Lusitânia)*, primeiro trabalho de um projectado conjunto de «Estudos Históricos». Trata-se de «uma paráfrase» de escritores anteriores, mas «feita com um cuidado e um esmero muito apreciáveis» (Torquato de Sousa Soares). O texto foi acompanhado de muitas referências da História Romana ao guerrilheiro que defendeu a «liberdade e independência dos povos hispânicos». Se não estava a tentar as origens da nacionalidade, pelo menos entrava na história local, «da nossa agreste e rude, mas bella Serra da Estrella», como explicita na dedicatória a António Henriques da Silva. Publicou depois outros opúsculos. Em 1917 editou, com fins pedagógicos, *Reinos cristãos da península hispânica. Tabela cronológica dos reinados*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917. A cronologia começa em 409 e termina em 1910. Da invasão dos suevos ao fim da monarquia portuguesa, o que, aparentemente, nada obstará então ao estudo da História Contemporânea.

¹⁷⁸Data de 1947 a sua dissertação de licenciatura, intitulada *A batalha de Trancoso*. Segundo o autor, a obra poderia ter por «subtítulo *Ensaio sobre o valor histórico de Fernão Lopes*. Como se verá, ela pouco mais é, essencialmente, que uma crítica a tudo quanto sobre a campanha de Trancoso se tem escrito» (p. 12). Mas o mérito da obra, na opinião de Miranda Barbosa, «está em ter, pela primeira vez, mostrado o conhecimento completo do plano de ataque de D. João I de Castela e apontado o relevo político do infante D. João, filho de Inês de Castro, em nome de quem o Mestre de Aviz iniciou o movimento de resistência nacional». («Discurso...», *Biblos*, 41, 1965, p. 378). Matéria desenvolvida na dissertação de de doutoramento.

¹⁷⁹*A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil* Vol. I (1493-1700), Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1957, diss. de licenciatura.

¹⁸⁰Um bom exemplo, a cargo de um historiador, a já referida reedição da *História da administração pública em Portugal*, de Gama Barros. Das instituições da Igreja trataram Pierre David e Avelino de Jesus da Costa. Recorde-se que os docentes do grupo de Ciências Históricas, da Faculdade de Direito, eram obrigados, para efeito de doutoramento, a provarem ter frequentado, na Faculdade de Letras, a «cadeira de filologia portuguesa e os cursos de epigrafia, paleografia, numismática e diplomática», segundo o Decreto-Lei n.º 31 932 de 20 de Março de 1942.

¹⁸¹Decreto n.º 5, de 24 de Dezembro de 1901, artigo 5.º.

com o que maioritariamente se investigava em Portugal ainda em 1928-1939, como bem demonstra a carismática *História de Portugal*, sob a direcção de Damião Peres, integrada nas comemorações da fundação da nacionalidade¹⁸². Como já foi calculado, nesta obra coube à história política, de longe, o maior número de páginas em relação às outras temáticas¹⁸³.

O conteúdo desta obra de grande formato era nacional e de intenções nacionalistas, como as integradas nas duplas comemorações da fundação da nacionalidade e da libertação de Portugal em 1640¹⁸⁴. Mas nacional era a história que se fazia e se fez até quase a nossos dias. Creio que, no período que tratamos, nenhuma missão portuguesa partiu para país estrangeiro com a finalidade de estudar a sua história. Eram as matérias da nação que deviam ser estudadas com prioridade, o que foi reforçadamente continuado pelo poder instaurado a partir de 28 Maio de 1926. O patriotismo, escrevia Merêa em 1940, não é incompatível com a objectividade, quando devidamente entendido¹⁸⁵, e assim continuava a ser considerado, ainda em 1962, por Torquato de Sousa Soares, dedicado, quanto à investigação, às origens da nacionalidade e das instituições municipais portuguesas¹⁸⁶.

¹⁸²Foram publicados oito volumes, sendo um deles de índices, de 1928 a 1939. Mais tarde (1954 e 1981) a *História de Portugal* foi completada com dois volumes suplementares. O vol. IX (1º suplemento), publicado de 1954 a 1958, é todo da autoria de Damião Peres, o qual, segundo Torquato de Sousa Soares, foi redigido «com a mais rigorosa objectividade e espírito crítico». (*Revista Portuguesa de História*, 10, 1962, p. X).

¹⁸³Luís Reis Torgal, in José Maria Amado Mendes, Luís Reis Torgal e Fernando Catroga, *História da História...*, p. 271. Não devem estar incluídas as páginas dedicadas ao Estado Novo, segundo parece.

¹⁸⁴A dissertação de doutoramento de M. Lopes de Almeida, *Notícias da aclamação e de outros sucessos*, Coimbra, s. n., 1940, primeira parte de Estudos de História da Restauração, que projectou, tem o prefácio datado de Janeiro de 1940, mas o autor não atribuiu ao facto nenhuma coincidência propositada, embora esta lhe fosse muito agradável. O patriotismo não lhe retiraria objectividade, como por essa época se exprimia Merêa.

¹⁸⁵O texto de Paulo Merêa encontra-se aproveitado e citado em António Manuel Hespanha, «Historiografia jurídica e política...», p. 804. Trata-se de um discurso de encerramento de um dos congressos do Congresso do Mundo Português («Portugal Medieval», que decorreu em Coimbra, nas salas do Instituto de Estudos Históricos) e que se encontra publicado na *Revista Portuguesa de História*, I, 1941, p. 336- 339. A citação é da p. 338.

¹⁸⁶É sobre estas que publica, em 1935, o primeiro trabalho incluído no seu currículo académico. De 1962 são as *Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal*, dissertação para habilitação ao título de Professor Agregado. Sobre aspectos da sua biobibliografia, vide Avelino de Jesus da Costa, «Prof. Doutor Torquato Brochado de Sousa Soares», *Revista Portuguesa de História*, 16, 1976, p. V-XXXVI; Luís Ferrand de Almeida, «Jubileu universitário do prof. Doutor Torquato de Sousa Soares», *Biblos*, 49, 1973, p. 641-646. Foram-lhe dedicados os números 16 e 17 da *Revista Portuguesa de História*; Maria Helena da Cruz Coelho, «Vida e obra do Professor Doutor Torquato de Sousa Soares», in *No 1º centenário do Professor Doutor Torquato de Sousa Soares (1903-1988)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2003, p. 11-49. Sobre outras referências

Com o advento do novo poder em 1926, no entanto, como acentuou António Manuel Hespanha, cada vez mais se identificou «o direito da nação com o direito do estado», procurando-se, através da história, «revelar a alma da nação»¹⁸⁷, atitude comum a certas correntes literárias¹⁸⁸, o que levava a procurar o passado nos tempos mais recuados. Era a Idade Média que predominava nas páginas da referida *História de Portugal* dirigida por Damião Peres, como era sobretudo medieval a historiografia que se fazia e ensinava no 4.º Grupo de História até à revolução de Abril, como mostra uma grande parte da colaboração dos primeiros números da *Revista Portuguesa de História*, iniciada em 1940/1941, não obstante a presença de modernistas entre o corpo docente, o mesmo sucedendo aos conteúdos de outras revistas fora de Coimbra¹⁸⁹. Em termos de ensino (e de investigação), dificilmente se entrava no século XIX, como se os documentos com menos de 100 anos de idade não tivessem caído no domínio público, o que, em alguns casos, era verdade¹⁹⁰.

Prática, de resto, que também já vinha da monarquia. Com efeito, no Curso Superior de Letras, segundo a reestruturação de 1901, nem sequer existia curricularmente História Contemporânea: apenas História Antiga, Idade Média e Moderna, devendo o professor insistir sobretudo na História Romana e Moderna. A história pátria, criada em substituição da disciplina História Universal Filosófica, certamente que se regeria pelos mesmos parâmetros, se bem que poderia ter havido exceções¹⁹¹.

biobibliográficas, cf. António de Oliveira, «As Histórias da minha geração...», nota 157, p. 139. Torquato de Sousa Soares fez investigações em Espanha em 1934 e, de 1935 a 1937, de novo em Espanha e Bélgica. Começou a exercer em Coimbra, como acima referimos, em 1937.

¹⁸⁷ António Manuel Hespanha, «Historiografia jurídica e política...», p. 800 e 804.

¹⁸⁸ José Carlos Seabra Pereira, *História crítica da Literatura portuguesa [Do Fim-de-Século ao Modernismo]*, Lisboa, Verbo, 1995; Rui Ramos, «O nascimento de uma nação», in José Mattoso, *História de Portugal...*, vol. VI, p. 563 s.

¹⁸⁹ Atitude que vinha de muito antes. (João Paulo Avelãs Nunes, *A história económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico. 1911-1974*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1995, p. 138-139 e p. 210-211 para a análise estatística da colaboração referente a matérias na *Revista Portuguesa de História* entre 1941-1974. Para revistas do Porto e Lisboa, 1924/1926 e 1965/1972, vide Armando Luís de Carvalho Homem, «Revistas universitárias de História no Portugal do século XX», *Revista de História das Ideias*, 18, 1996, p. 365-366.

¹⁹⁰ Recorde-se, por exemplo, que a *Revue Historique*, cujo primeiro número data de 1876, decidiu-se pelo «estudio entre la muerte de Teodosio en 395 y la caída de Napoleon en 1815». Um distanciamento mínimo, portanto, de uns sessenta anos. (Juan José Carreras Ares e Carlos Forcadell Álvarez, dirs., *Usos públicos de la Historia*, Zaragoza, Marcial Pons / Prensas Universitarias de Zaragoza, 2003, p. 25, nota. 33).

¹⁹¹ Decreto n.º 5, de 24 de Dezembro de 1901, artigos 2.º e 5.º.

Ausência da Idade Contemporânea que se manifestava igualmente em outras secções da Faculdade de Letras¹⁹², embora contrária à letra do título das cadeiras, a qual perfeitamente admitia, quanto ao Grupo de História, a leccionação e investigação para além de 1789, a qual, por vezes, foi tentada quanto à história geral¹⁹³. Retenha-se, no entanto, que a cadeira de História Moderna e Contemporânea era anual e que a História de Portugal, sintomaticamente assim apenas designada no diploma criador, começou por ser anual¹⁹⁴, aparecendo como bienal apenas em 1957. Não era possível, ao longo de um ano, ensinar de modo intensivo, como se praticava, os tempos modernos e os contemporâneos, quer gerais, quer pátrios. A reforma de 1957 transformou em bienal a disciplina de História da Filosofia Moderna e Contemporânea e acrescentou, por exemplo, um ano à Literatura Portuguesa, passando-a a trienal¹⁹⁵, mas conservou apenas dois anos à História de Portugal. Numa época em que faltavam especialistas em História Contemporânea, como noutros países¹⁹⁶, as oposições internas a eventuais supressões de cadeiras fora de uma adequada reestruturação geral e os problemas orçamentais que levanta o aumento das disciplinas¹⁹⁷, talvez tenham pesado mais para a sua não leccionação¹⁹⁸ do que a eventual

¹⁹² Vide Marisa das Neves Henriques, «A cultura literária na Universidade. Factos e afectos», *Biblos*, n. s., IV, 2006, p. 523-524.

¹⁹³ Como, por exemplo, Alves dos Santos procedeu em 1914-1915, o qual dedicou 14 lições à Revolução Francesa e, em «1917-1918, focou a Inglaterra e a Alemanha até um período relativamente próximo daquele que se encontrava». (José Maria Amado Mendes, «A História na Faculdade de Letras...», p. 489). A grande guerra, como já referi, propiciava a chamada do tema. A História Sagrada e Eclesiástica da antiga Faculdade de Teologia incluía o período da Revolução francesa «aos nossos dias», como se vê, por exemplo, do programa de 1902.

¹⁹⁴ Assim a manteve a reforma de 1930. Havia, no entanto, um cadeira anual de História dos Descobrimentos e da Colonização.

¹⁹⁵ A Literatura Portuguesa (bienal na reforma de 1930), passou a trienal, o que permitiu a regência da parte contemporânea, entregue aos novos assistentes contratados em 1959-1960. (Marisa das Neves Henriques, «A cultura literária na Universidade...», p. 524).

¹⁹⁶ Cf., infra, nota 198.

¹⁹⁷ A experiência mostra como pode ser difícil uma reestruturação curricular, mesmo não considerando questões orçamentais. Foram razões financeiras que obrigaram, em 1924, à fusão e supressão de cadeiras e à dispensa de pessoal docente. (*Actas...*, vol. I, p. 225-226).

¹⁹⁸ Em Portugal, ainda em 1988-1989 se continuava a considerar a Idade Contemporânea o período menos leccionado, pelo menos no ensino secundário. (António Rafael Amaro e outros, «Ensino da história: que conhecimento e que memória (s)?», *Revista de História das Ideias*, 11, 1989, p. 652). Relembre-se que no período entre as duas grandes guerras, uma das orientações dos *Annales* foi «l'attention aux problèmes d'actualité et au présent», mas era óbvio que «la pénurie des collaborateurs touche particulièrement l'histoire contemporaine et l'actualité». (C. Delacroix e outros, *Les courants historiques en France...*, p. 229-230). Tenha-se em conta, por outro lado, que em 1978 foi criado no CRS, em Paris, o *Institut d'histoire moderne et contemporaine*,

assunção de um século XIX ideologicamente desvalorizado ou mesmo «uma concepção triunfalista ou narrativa da História»¹⁹⁹, se bem que em política há sempre mais do que um sentido a ter em conta. Mas os combates recentes travados pela História Contemporânea tiveram o seu paralelo na defesa da História Moderna em relação à medieval. Ainda por volta de 1933, com efeito, Joaquim de Carvalho louvava o exemplo de Damião Peres por estender a sua actividade de investigação para além dos tempos medievos. Os tempos modernos estavam «relegados para a curiosidade», quando «tôdas as épocas afinal são dignas da consideração histórica e se prestam como a Meia-idade ao exame circunspecto e científico»²⁰⁰. E no Curso Superior de Letras, já em 1901, recorde-se, ordenava-se a diminuição do peso da meia idade em relação à antiguidade e modernidade.

A predominância dos estudos medievais na investigação implicava um labor contínuo de publicação de fontes, que se estendeu à Idade Moderna,²⁰¹

conservando-se, assim, unidas, as duas Idades. Ao mesmo tempo, porém, nasceu um *Institut d'histoire du temps présent*, destinado à história dos últimos decénios. (Patrick Garcia, «Histoire du temps présent», in C. Delacroix e outros, dirs., *Historiographies. Concepts et débats*, vol I, Paris, Galimard, 2010, p. 282-293).

¹⁹⁹Luís Reis Torgal, «Doutoramento *Honoris causa* do Professor Albert Silbert», *Revista de História das Ideias*, 13, 1991, p. 514. Cf. Gonzalo Pasamar, *La historia contemporánea*, p. 143 s.

²⁰⁰«Discursos pronunciados na cerimónia de doutoramento...», *Biblos*, 9, 1933, p. 503.

²⁰¹Mário Brandão e Lopes de Almeida. A publicação de documentos sobre a Universidade e a elaboração de estudos fundamentados neles foram tarefas, em Mário Brandão, de um projecto de uma vida dedicada a poder estabelecer a síntese da instituição. Entre a sua dissertação de licenciatura (1924), colada demasiado aos documentos e o último volume publicado, aos noventa anos (*D. Lopo de Almeida e a Universidade*, 1990), há uma diferença de grau muito grande, embora com a certificação permanente do facto, mas sem a pretensão, como indica em outra obra, de 1948, «de acertar sempre na avaliação das pessoas e acontecimentos». Pelo meio, entre outras obras, os monumentais volumes sobre *A Inquisição e os professores do Colégio das Artes* (vol. I, 1948; vol. II, 1969), «estudo minucioso da documentação finalmente dada à estampa», e a síntese, com M. Lopes de Almeida, de *A Universidade de Coimbra. Esboço da sua história*, 1937. M. Lopes de Almeida, por seu lado, despendeu muito do seu tempo no serviço público, cujos ócios se coadunavam melhor com publicação de documentos temáticos do que com o estabelecimento de sínteses a partir deles. Considere-se, no entanto, que genericamente se considerava, como explicitou Eduardo Brasão, a necessidade de estudar a história de Portugal a partir dos documentos. (Vide, quanto às actividades políticas de M. L. de Almeida, Filipa Ribeiro da Silva, «Almeida, Manuel Lopes de (1900-1980)», in Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, dirs., *Dicionário biográfico parlamentar 1935-1974*, vol. I (A-L), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais / Assembleia da República, 2004, p. 132-134; António de Oliveira, ««Jubileu universitário dos Professores Mário Brandão e Lopes de Almeida», *Biblos*, 46, 1970, p. 661-663, texto redigido a seguir à revolução de 25 de Abril de 1974, não tendo sido possível o acesso à informação desejada). Cf., infra, nota 243 e respectivo texto; e António de Oliveira, «As Histórias da minha geração...», nota 85, p. 376, e nota 128, p. 391.

tendência peculiar que já vinha do século XIX por parte de historiadores ainda não profissionais, que a supressão das ordens religiosas e a abertura dos arquivos havia permitido²⁰², para além da actividade institucional empenhada na recolha das fontes mais antigas²⁰³. Linha de acção que foi recuperada com vigor por parte dos actuais docentes.

10. Nesta actividade historiográfica do 4.º Grupo estão ausentes da investigação universitária, com carácter específico, até aos anos sessenta, os estudos de História Económica e Social, linha de investigação, como se sabe, aberta em novos moldes em 1928-1929 pelos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*²⁰⁴, embora a nascença da História Económica houvesse principiado, em França, com Paul Mantoux (1877-1956), Henri Hauser (1866-1946) e Ernest Labrousse (1895-1988), tendo igualmente Portugal, nestes tempos, os seus iniciadores²⁰⁵. Os «anos fundadores», tanto em França como no estrangeiro, foram, efectivamente, os anos 1920-1930²⁰⁶.

O projecto dos *Annales*, bem amadurecido mas não inédito, trazendo, no entanto, «um espírito próprio», surge em tempo oportuno devido à eclosão, pouco depois, da crise que ficou conhecida como a Grande Depressão. Os seus fundadores, ao impulsionarem a nova atitude historiográfica, não deixaram de se referir no primeiro número, de modo civilizado, aos historiadores de «os bons velhos métodos experimentados» e aos «novos que se dedicam, com paixão, ao estudo das sociedades e das economias contemporâneas»²⁰⁷. Com paixão, retenha-se, porque sem paixão não há ciência, como se tem repetido.

²⁰² Em Coimbra assiste-se a uma grande azáfama historiográfica em que sobressaem professores universitários de diversas Faculdades interessados na história local, universitária ou não.

²⁰³ Sobre o que Alexandre Herculano levou do Arquivo da Universidade para a Torre do Tombo, vide António de Vasconcelos, «O Archivo da Universidade», *Anuário...1902-1903*, Secção II, p. 29-30.

²⁰⁴ O primeiro número foi publicado em 15 de Janeiro de 1929. Em Portugal, João Lúcio de Azevedo, que viveu alguns anos em Paris, editou, precisamente neste ano, já com provas dadas, as referidas *Épocas de Portugal económico...* Foi colaborador, no que diz respeito à história económica, da *História de Portugal...*, dir. de D. Peres.

²⁰⁵ Marie-Paule Caire-Jabinet, *L'histoire en France du Moyen Âge à nos jours. Introduction à l'historiographie*, Paris, Flammarion, 2002, p. 148. Para Portugal, acrescentem-se, para além dos já referidos Costa Lobo (1840-1913) para a história social e Lúcio de Azevedo (1855-1903) para a história económica, os nomes de Francisco António Correia (1877-1933), cuja *História económica de Portugal* é de 1929, ou Moses Bensabat Amzalak (1892-1978), datando de 1928 o seu trabalho *Do estudo e da evolução das doutrinas económicas em Portugal*. Para estes e outros economistas portugueses, vide José Luís Cardoso, coord., *Dicionário histórico de economistas portugueses*, Lisboa, Temas & Debates, 2001; cf., também, infra, nota 219.

²⁰⁶ Maria-Novella Borghetti, «Histoire quantitative, histoire sérielle»..., p. 412.

²⁰⁷ N.º 1, 15 Janvier 1929, p. 1, «À nos lecteurs».

Os combatentes dos *Annales*, cujas doutrinas sofreram, desde 1930, «numerosas deslocções, evoluções e rupturas»²⁰⁸, vão abrir, no entanto, uma ofensiva quer contra os historiadores profissionais, quer, como acentuou Carreras, contra os filósofos da unidade da ciência, como os do Círculo de Viena, ao «subsumirem um caso isolado nas leis gerais, como em qualquer outra ciência»²⁰⁹. Mas a nova historiografia, acentue-se, só vai vingar na Inglaterra e Alemanha muito depois dos anos cinquenta²¹⁰. Vicens Vives, em Espanha, só encontra verdadeiramente a historiografia dos *Annales* em 1950²¹¹.

March Bloch era bem conhecido em Coimbra nos anos quarenta, anos de grande vigor historiográfico do 4.º Grupo da Faculdade²¹², impulsionado, como o resto do país, pelas comemorações centenárias²¹³. Mas a prática da história-problema, no domínio da investigação, ainda não havia chegado, embora Torquato de Sousa Soares, que bem conhecia a obra de Marc Bloc, incluindo a *Apologie pour l'Histoire ou métier d'historien*, que o «pelotão nazi de execução» (Ricoeur) não deixou acabar e foi assim publicada em 1949, soube reconhecer de imediato a sua mensagem: «a mensagem de um homem que vive a história não como um antiquário que se satisfaz do que envelheceu e acabou, mas como um verdadeiro historiador cuja qualidade fundamental é a apreensão do que é vivo, do que, como tal, continua». Primeira impressão de uma leitura, reservando para depois uma apreciação mais profunda, que julgo não ter sido publicada, mas concluindo já que Marc Bloch conseguiu «se não

²⁰⁸ Jacques Revel e Roger Chartier, «Anais», in Jacques le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel, dirs., *A Nova História*, Coimbra, Almedina, 1990, p. 26-32.

²⁰⁹ Juan José Carreras Ares, «Teoria y narración en Historia», in idem, *Razón de Historia...*, p. 226. Os neopositivistas «modificaram ou reformularam as mais antigas formulações positivistas», as quais se encontram explicitadas em Richard Harvey Brown, *Social Science as civic discourse. Essays on the invention, legitimation, and uses of social theory*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press, 1989, p. 14-15. O neopositivismo, «uma tendência que se manifesta em várias escolas», tem de comum com o positivismo de Comte «quase só a negação da metafísica». «Revela-se como positivismo lógico, empirismo lógico, como fiscalismo, como empirismo radical». (A. Miranda Barbosa, *Obras filosóficas*. Organização e prefácio de Alexandre Fradique Morujão, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996, p. 427). Vide, supra, nota 117.

²¹⁰ Juan José Carreras Ares, «La historiografía alemana en el siglo XX: la crisis del historicismo y las nuevas tendencias»; in idem, *Razón de Historia...*, p. 58 s.

²¹¹ José Andrés Gallejo, coord., *Historia de la historiografía española...*, p. 322.

²¹² António de Oliveira, «As Histórias da minha geração: uma perspetiva historiográfica»..., p. 381-382.

²¹³ Como explicita, por exemplo, a recensão bibliográfica de Guilherme Braga da Cruz, «História do Direito e das Instituições (1939-1941)», *Revista Portuguesa de História*, 3, 1943, p. 363.

desviar, pelo menos alargar o caminho dos historiadores»²¹⁴. Metáfora muito expressiva de quem não estaria para mudar, mas certamente para alargar os horizontes de uma história viva e, certamente, ética.

Torquato de Sousa Soares, a quem se ficou a dever o desenvolvimento dos estudos medievais após António de Vasconcelos, espírito aberto às novas correntes historiográficas e cultor de discípulos, tanto conhecia a obra de Fustel de Coulanges, por cuja *Cidade Antiga*²¹⁵ todos os estudantes passavam ainda nos anos cinquenta, como Henri Pirenne (1862-1935) e March Bloch, leituras igualmente obrigatórias dos estudantes de História Medieval da referida época²¹⁶. Não desconhecia, portanto, os aspectos económicos e sociais desenvolvidos por estes autores²¹⁷, nem os outros professores, de modo genérico, e nomeadamente Damião Peres²¹⁸, com uma vasta actividade de extensão cultural, nomeadamente

²¹⁴ Vide Torquato de Sousa Soares, «Marc Bloch», *Revista Portuguesa de História*, III, 1947, p. 634-654. Marc Bloch foi morto em 16 de Junho de 1944.

²¹⁵ *La cité antique. Étude sur le culte, le droit, les institutions de la Grèce et de Rome*, Paris, Hachette, 1866, 2.^a edição.

²¹⁶ Autores bem conhecidos também por parte de Paulo Merêa. Como é óbvio, todos os docentes estavam actualizados quanto aos conhecimentos da sua especialidade, como mostram os seus trabalhos, embora reflectam história pátria. É pena que não estejam estudadas neste sentido as suas bibliotecas, algumas delas conservadas em conjuntos separados (mas que podem estar expurgados), nem tão-pouco os recheios coetâneos das bibliotecas públicas da Faculdade ou os relatórios das missões no estrangeiro, salvo alguns exemplos esboçados. Indicação de uma dessas missões: «O Dr. Eugénio de Castro dá conta do modo como se desempenhou da sua missão em Granada, e refere-se elogiosamente ao assistente Dr. Joaquim de Carvalho que nessa missão aproveitou zelosamente o tempo, visitando museus, escolas e bibliotecas e aproximando-se das mais notáveis figuras do professorado espanhol [...]. (*Actas...*, vol. I, p. 140, sessão de 17 de Outubro de 1917). Outra, para Psicologia: Joaquim Ferreira Gomes, «As origens do Laboratório de Psicologia Experimental...», p. 81 s.

²¹⁷ Da bibliografia de Torquato de Sousa Soares faz parte, por exemplo, «A quebra da moeda nos reinados de D. Afonso III e de D. Fernando», in *Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, 8, 1957; em 1965, apresentou ao Congresso Histórico de Portugal Medieval um trabalho intitulado *Factores económicos da formação da nacionalidade portuguesa*. Resumo em *Bracara Augusta*, 18-19, 1965, p. 319-320.

²¹⁸ «Cultor das ciências auxiliares da História», nomeadamente de Numismática, foi director do Museu Numismático Português, anexo à Casa da Moeda, tendo publicado trabalhos relacionados com a actividade desta instituição. Dados económicos, por exemplo, em: *A actividade agrícola em Portugal nos séculos XII a XIV*, 1940; *A Restauração e o império colonial português*, 1940; *História monetária de D. João III*, 1958; no primeiro suplemento da *História de Portugal* (1954-1958), que é todo da sua autoria, como acima já referi, tratou de população, moeda, vias de comunicação e actividades económicas. Sobre aspectos biobibliográficos, vide «Jubileu universitário do Doutor Damião Peres», *Biblos*, 35, 1959, p. 653-656; «Prof. Doutor Damião Peres (1889-1976)», *Biblos*, 52, 1976, p. 505-506; Joaquim Veríssimo Serrão, «Elogio histórico de Damião Peres», *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, V, 19, 1978, p. 291-321; *Elogio do Prof. Doutor Damião Peres*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1979,

quanto à História de Portugal e Descobrimientos e Colonização, de que se tornou um especialista e um comunicador do saber, podiam ignorar o que se ia fazendo em matéria de História Económica, como mostram as recensões bibliográficas publicadas na *Revista Portuguesa de História*. Mas também era verdade que as áreas económicas, financeiras, estatísticas e sociológicas não pertenciam aos planos curriculares das Faculdades de Letras, o que afectava a história das Ciências Sociais e Humanas, estando estudados os seus inícios e desenvolvimento dentro destas instituições, assim como a hostilidade dos começos²¹⁹. Uma defesa contra uma visão materialista da História²²⁰ e uma suspeição do regime para com as ciências sociais, que permaneceu ainda para além de Abril de 1974, não tornavam possível, dentro das Faculdades de Letras, a instauração curricular de semelhantes matérias mesmo sob o ponto de vista histórico. Mas entre os conteúdos de uma História Geral da Civilização, como era entendida por volta de 1950, não deixariam de ser considerados «regimes económicos, organizações sociais do direito e do Estado, ciência e técnica, ideias morais e religiosas, concepções filosóficas e artísticas [...]»²²¹. E já vimos como alguns aspectos da história económica faziam parte das lições de Gonçalves Cerejeira e de outros professores depois de 1930. Mas no Grupo de História de Lisboa, pelo contrário, existiam docentes que dedicavam a sua investigação a matérias de história económica, os quais seguiram o exemplo de Virgínia Rau, embora politicamente se mostrassem revéis.

Embora sem modelo local de encorajamento, o Grupo de História de Coimbra, no entanto, desenvolveu uma vasta actividade nesta área nos anos quarenta do após guerra, convidando especialistas estrangeiros a proferirem

textos de Torquato de Sousa Soares e Humberto Baquero Moreno; Torquato de Sousa Soares, «Prof. Doutor Damião Peres», *Revista Portuguesa de História*, p. V-XII. Esta revista dedicou-lhe o tomo n.º 10, 1962. Cf., supra, nota 35.

²¹⁹ Vide João Paulo Avelãs Nunes, *A história económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra...*; António de Oliveira, «As histórias da minha geração...», notas 27, 29, 116, para Sociologia, e, para a História Económica, notas 22 e 109. Só em 1972 foi aberta a primeira cadeira de História Económica, no Instituto Superior de Economia e Gestão. Um estado da questão sob o ponto de vista bibliográfico, elaborado por volta de 1987-1988, Eloy Fernandez Clemente, «A história económica de Portugal (sécs. XIX e XX)», *Análise Social*, XXIV (103-104), 1988, p. 1297-1330). «80% dos trabalhos citados são posteriores a 1974».

²²⁰ António Manuel Hespanha, *Historiografia jurídica e política...*, p. 798 e nota 25.

²²¹ Luís Cabral de Moncada, «Introdução ao estudo da História», *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. 26, 1950, p. 104. Relembre-se, a propósito, que data de 1938 a publicação, devida a Mário Brandão, do *Livro da receita & despesa das rendas da Universidade per manuel leitam q' começou per pascoa de 544 annos. Scrjvam manuel tomas*, Coimbra, Arquivo da Universidade, 1938. O autor publicou igualmente outros textos com conteúdos de carácter económico, incluídos nas suas obras, que futuramente foram desenvolvidos por novos investigadores.

conferências e lições sobre a matéria, editando alguns dos seus resultados²²², ou acolhendo, entre as publicações do Instituto de Estudos Históricos, obras de nítido carácter económico, assim como editando na *Revista Portuguesa de História* colaboração do mesmo teor²²³.

O projecto de cursos de história económica por parte de professores estrangeiros, se possíveis anuais e primeiramente voltados para as relações comerciais medievais de Portugal com a Flandres, nasceu em 1939 e foi executado por Torquato de Sousa Soares, sob estímulo de Paulo Merêa, ficando programado o seu início para 1940, ano dos centenários. A vinda do professor Charles Verlinden (1907-1996), da Universidade de Gand, impunha-se dentro dos objectivos iniciais, mas a invasão da Bélgica em 1940 protelou a sua chegada para depois do fim da guerra, permanecendo em Coimbra durante períodos continuados nos anos lectivos de 1946-1947 e 1948-1949²²⁴. Durante 15 dias, em Março de 1949, e, depois, em 1950, coube a vez a Yves Renouard (1908-1965), que recentemente havia publicado *Les hommes d'affaires italiens au Moyen âge*, de pronunciar igualmente conferências aos estudantes (e mesmo fora da Universidade) sobre matéria da sua especialidade²²⁵.

²²² Charles Verlinden, *Introduction à l'Histoire Économique Générale*, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1948. Publicação do curso dado no ano académico de 1946-1947.

²²³ Virgínia Rau, *A Casa dos Contos*, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1951, prefácio datado de 1948, reedição em 2009, pela IN / CM; Manuel Nunes Dias, *O capitalismo monárquico português (1415-1549): contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno*, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1963-1964, 2 vols. O autor colaborou na *Revista Portuguesa de História* e outras congéneres de Portugal. Colaboradores da mesma revista, no período que consideramos, foram também, por exemplo, Virgínia Rau (vol. IV, 1949), Antonio Domínguez Ortiz (tomo 10, 1962), Frédéric Mauro (1921-2001) e Albert Silbert (1915-1996), sendo-lhe conferido em Coimbra, pela Faculdade de Letras, o grau de Doutor *honoris causa* (1991).

²²⁴ Vide Torquato de Sousa Soares, «Um curso de História Económica pelo Prof. Dr. Charles Verlinden», *Revista Portuguesa de História*, III, 1947, p. 671-674; idem, in *Biblos*, 23, 1947, p. 565-569; idem, «Mais um curso de História Económica regido pelo Prof. Charles Verlinden», *Biblos*, 25, 1949, p. 517-519. Em Novembro de 1941 o Instituto de Estudos Históricos procurava já, no arquivo da câmara de Tabuaço, documentos para «reconstituição de alguns aspectos da vida económica e social portuguesa em certos períodos». Agradeço à Mestre Maria Manuel Proença Ferreira de Almeida a ajuda prestada na localização da documentação relativa ao Instituto de Estudos Históricos.

²²⁵ Renouard era, ao tempo, director da Faculdade de Letras de Bordéus. Em 18 de Março de 1949 pronunciou uma conferência no Instituto (*O Instituto*, vol. 113, 1949, p. 81-108). A sua vinda começou a ser preparada em 1948. Numa carta de 4 de Fevereiro de 1949, o Instituto de História, ultimando os preparativos para a sua chegada, ainda lhe dizia: «... estamos vivamente interessados no desenvolvimento dos estudos de história económica nesta Universidade».

O curso que Verlinden proferiu no ano lectivo de 1946-1947 tinha, no entanto, ainda um carácter de iniciação à História Económica, mostrando bem o estado da disciplina no plano da investigação e ensino em Coimbra. Tratava-se, com efeito, «de permettre aux étudiants d'apprendre à penser économiquement à propos du passé»²²⁶. Nove capítulos de lições e um apêndice documental de 38 textos de autores significativos constituíam um bom acicate para se entrar na problemática, a qual, no entanto, aprofundou no primeiro trimestre do ano lectivo de 1948-1949, tendo dado relevo às relações comerciais portuguesas na Idade-Média²²⁷.

A falta de investigação sobre História Económica na Faculdade de Letras de Coimbra e as oposições que se levantaram em Lisboa aos continuadores de Virgínia Rau, permitiram que demorasse a surgir «o eclipse da história narrativa». Com efeito, como acentuou Paul Ricoeur, «a metodologia da história económica consistia mais numa continuidade do que numa ruptura com o combate antipositivista de March Bloch e Lucien Febvre. Com efeito, o que os fundadores da escola dos *Anais* haviam querido combater era, em primeiro lugar, o fascínio pelo facto único, não repetível, levando a identificar a história a uma crónica melhorada do Estado»²²⁸.

Construção ideológica que remontava em Coimbra aos tempos da Faculdade de Teologia, para o derrube da qual contribuiu a actividade dos anos quarenta em prol da História Económica, ajudando a levantar internamente barreiras pelos finais dos anos cinquenta, tempo necessário de reformas permitidas por alguma liberdade intelectual, válvula de escape do regime, para usar a imagem aplicada à História de Espanha, e tempo, recorde-se, para além da candidatura à presidência da República de Humberto Delgado (1958), da adesão de Portugal à EFTA (1960), promovendo as exportações e a internacionalização da cultura. E tempo também, em França, da segunda geração dos *Annales*, a que pertenceu Ferdinand Braudel, a qual impôs a história económica e social num contexto interno de reconstrução do país a partir do fim da segunda guerra mundial, para além da situação internacional, preocupando-se, ao mesmo tempo,

²²⁶ Charles Verlinden, *Introduction à l'Histoire Économique...*, prefácio, p. 7. A regência do curso foi precedida de uma conferência sobre *L'Histoire, une science et un art*, o que não deixa de ser significativo quanto à vontade de mudança em Coimbra.

²²⁷ O segundo curso de Verlinden teve oito alunos, de onde constam os nomes de Salvador Dias Arnaut e Luís Ferrand de Almeida. Verlinden pronunciou ainda, na Faculdade, a conferência intitulada «Qu'est ce que l'Histoire Sociale», o que reforça a ideia de procura de actualização do Instituto de Estudos Históricos, como já havia feito no ano lectivo de 1946-1947. (*Biblos*, 25, 1949, p. 517-519).

²²⁸ Paul Ricoeur, *Temps et récit*, vol. I..., p. 193. Traduzimos livremente.

«com as relações entre ideologia e a economia», como sintetizou Caire-Jabinet²²⁹. «A idade de ouro da história económica e social em França» decorreu, com efeito, nos anos cinquenta e sessenta²³⁰, a qual não podia deixar de reflectir-se em Portugal, embora, ainda em 1965, a doutrina oficial em matéria de Teoria da História era a do culto dos factos singulares. Os que discorriam que a História se constrói com ideias e não com factos «apenas perseguiam as grandes linhas político-económico-culturais da evolução dos povos e das civilizações». Sem uma «análise objectiva, documentada, minuciosa, dos factos singulares, de essência transfinita, irreduzíveis à definição abstracta das ideias, não há História como compreensão de uma existência passada, há Ideologia como recriação mental de um possível passado que, também possivelmente, nunca chegou a existir»²³¹.

Mas por este tempo, não obstante esta posição assumida na Sala dos Capelos, porventura uma forma crítica amiga da obra do Doutor que pedia a colação do grau, havia já quem no terreno estivesse a calcorrear outros caminhos²³², os quais, com o turbilhão de Abril de 1974, todos os sentidos se deslocam, chegando a História Económica e Social a atingir o auge curricular entre a revolução e os finais dos anos setenta, antes do pós-modernismo se impor e o universalismo ceder ao quotidiano e à microhistória, onde a imaginação dos historiadores soube criar mundos mentais a partir do «queijo e os vermes» (Carlo Ginzeburg) ou de «um buraco no inferno» (António Ribeiro), entre outra adequada imaginária. Antes, afinal, do renascer do acontecimento, a história das diferenças²³³, que são também as nacionais, como a geração de 1910 havia inventado²³⁴.

11. Foi na década de cinquenta, e sobretudo na seguinte, não obstante a guerra colonial que deflagra, que o Grupo de História começou a ver alargado

²²⁹ Marie-Paule Caire-Jabinet, *L'histoire en France...*, p. 168.

²³⁰ Marie-Paule Caire-Jabinet, *L'histoire en France...*, p. 168.

²³¹ Arnaldo Miranda Barbosa, «Doutoramentos solenes»..., p. 378-379.

²³² Cf., supra, nota 217.

²³³ François Dosse, *Renaissance de l'événement...* Como se exprimiu o autor, «Plus qu'un «retour», nous vivons donc une renaissance ou un retour de la différence». Mas François Dosse previne que o «regresso» pouco tem a haver «avec la conception restrictive qui était celle de l'école historique des méthodiques du XIX^e siècle»). Reproduzo da contracapa, arranjada a partir da «Introduction» e outras partes do texto. Para a História como ciência das diferenças, numa «civilização assente na uniformidade das funções e das técnicas», Philippe Ariès, *O Tempo da História*, Lisboa, Relógio d'Água, 1992. A citação é da p. 258, extraída de um texto escrito em 1949.

²³⁴ Rui Ramos, «A segunda Fundação (1890-1926)», in José Mattoso, dir., *História de Portugal*, vol. VI..., p. 565 s., «A invenção de Portugal».

o seu corpo docente, através de recrutamento de segundos assistentes, nas áreas de Arqueologia²³⁵, Numismática²³⁶, História Moderna²³⁷ e História da Arte, englobada no 4.º Grupo a partir da reforma de 1957²³⁸, continuando Estética e Teorias da Arte no sexto Grupo (Filosofia), ao mesmo tempo que dois novos medievalistas, como acima referimos, concluem os doutoramentos e desenvolvem a suas carreiras, havendo já sido professores dos que de novo ingressaram.

A dissertação de Avelino de Jesus da Costa não inova quanto ao método, reconhecendo ele próprio como agravante do mérito da obra «a citação de mais de mil documentos tornar a redacção deste trabalho sobremaneira árida e pesada» (p. 4), mas contém já elementos anunciadores dos novos tempos historiográficos ao introduzir problemáticas de demografia histórica, ligadas

²³⁵ O Instituto de Arqueologia foi fundado em 1954, tempo em que era assistente João Manuel Bairrão Oleiro, iniciador da nova Arqueologia que Jorge de Alarcão impulsionou a partir de 1963. Bairrão Oleiro fez depois carreira pública e de professor em Lisboa. Em 1954 já o então director do Instituto de Estudos Históricos, Torquato de Sousa Soares, reclamava, perante o director da Faculdade, docentes e técnicos, ao mesmo tempo que afirmava a «deficiente – para não dizer caótica – organização do ensino da História na nossa Faculdade, que muito seria para desejar que fosse pedida com urgência a realização de uma profunda e completa reforma», a qual chegou em 1957. (Doc. publicado por João Paulo Avelãs Nunes, *A História Económica e Social na Faculdade de Letras...*, p. 295).

²³⁶ Mário de Castro Hipólito (posse em 03-02-1964), transferindo-se depois para Lisboa.

²³⁷ Luís Manuel Ferrand de Almeida havia entrado em 1957 e António de Oliveira foi contratado em Agosto de 1960. Foram 17 segundos assistentes que entraram na Faculdade entre 1960 e 1965. Acrescentem-se primeiros assistentes e professores além do quadro. A renovação era inevitável. Para a Idade Média, Torquato de Sousa Soares tentou contratar, em 1963-1965, Fr. José Mattoso O. S. B., editando-lhe (1962-1963) a sua dissertação de licenciatura em História (Lovaina) e apresentando-o em o Instituto, onde pronunciou uma conferência sobre «S. Bento, pai da Europa» (*O Instituto*, 127, t. 1, 1965, p. 187-209; Torquato de Sousa Soares, «Apresentação de D. José Mattoso (7 de Abril de 1965), *O Instituto*, 128, 1966, p. 243-244). Doutorou-se em 1966 (Lovaina).

²³⁸ Em 1968 (5 de Fevereiro) foi contratado, como professor, António Nogueira Gonçalves (1901-1998), sucedendo a Luís Reis Santos (1898-1967), o qual havia começado as suas funções a partir de 19-11-1954. Nogueira Gonçalves, com uma longa produção literária, soube criar discípulos e amigos. (Para dados biobibliográficos, Pedro Dias, «Jubileu universitário do Rev.º Nogueira Gonçalves Professor de História da Arte da Faculdade de Letras de Coimbra», *Biblos*, 54, 1978, p. 323-328). Durante muitos anos (1920-1944) a cadeira de Estética e História da Arte esteve a cargo do bacharel em Direito Virgílio Correia Pinto da Fonseca, a quem foi conferido, em 01-05-1932, o grau de Doutor *honoris causa*, como já referimos. Como fundamentação do grau foram tidos em conta «os seus trabalhos de investigação e as suas notáveis e numerosas obras de historiador e crítico de arte», para além de se conservar, há perto de onze anos, como «professor da cadeira de História da Arte, tendo também regido e regendo ainda, por acumulação, as de Arqueologia e de História da Antiguidade Oriental e Clássica». (*Actas...*, vol. II, p. 178). Sucedeu a Teixeira de Carvalho (1861-1921). Cf., supra, nota 29.

ao armamento provocado pela invasão muçulmana, e de história económica num espaço regional / local pertencente à diocese de Braga do tempo do bispo D. Pedro, mas com elementos dos séculos XI a XV, nomeadamente os referentes aos censuais²³⁹.

Estas matérias vão ser incluídas no ensino e na investigação a partir da década de sessenta, passando a demografia histórica, que pouco antes havia começado a ser estudada em Portugal com Virgínia Rau, e a história quantitativa e serial, assim como as suas técnicas, com exemplos anteriores, entre portugueses, em Magalhães Godinho e Borges de Macedo quanto à Idade Moderna, a fazerem parte de aulas práticas e da investigação de alunos, ainda obrigados a uma dissertação de licenciatura. Temáticas impulsionadas por Luís Ferrand de Almeida, debruçado então sobre a história das técnicas²⁴⁰, uma das formas de renovação da historiografia²⁴¹, e sobretudo por mim próprio, no momento mais voltado para a demografia histórica e história económica e social, depois de ter de desistir de uma história social da escravatura²⁴². Foi também o tempo inicial em que M. Lopes de Almeida publicou a sua recolha de documentos sobre artes e ofícios referentes à Universidade²⁴³ e em que Mário de Castro

²³⁹Pe. Avelino de Jesus da Costa, *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1959, 2 vols., sendo um deles de documentos. Correspondem ao texto 383 páginas. O autor publicou uma segunda edição refundida e ampliada, editada em Braga pela Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997-2000, de onde retirámos a nova datação (finais do século XI) do Censual de Braga (p. 225-253). Avelino de Jesus da Costa especializou-se também em Paleografia e outras cadeiras auxiliares da História. A dissertação de licenciatura tem por título *Calendários portugueses medievais*.

²⁴⁰«As grandes linhas temáticas do seu labor historiográfico» encontram-se espelhadas na colectânea: Luís Ferrand de Almeida, *Páginas dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1995, para as quais escrevi duas páginas de introdução; António de Oliveira, «Jubileu Universitário do Doutor Luís Ferrand de Almeida», *Biblos*, 70, 1994, p. 642-647; uma apreciação historiográfica da obra completa em Margarida Sobral Neto, «Prof. Doutor Luís Manuel da Rocha Ferrand de Almeida», *Biblos*, IV, 2.ª série, 2006, p. 597-603.

²⁴¹Stéphanie van Damme, «Histoire des sciences et des techniques», in C. Delacroix e outros, dirs., *Historiographies...*, I, p. 242.

²⁴²De que resultou a dissertação de doutoramento intitulada *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1971-1972, 2 vols.

²⁴³A série começou a ser publicada em 1967. (M. Lopes de Almeida, *Artes e ofícios em documentos da Universidade I 1559-1604*, Coimbra, 1967, sep. de *O Instituto*, vol. 129). A M. Lopes de Almeida, que foi director da Biblioteca Geral da Universidade ao longo de 25 anos (2 de Março de 1945-16 de Agosto de 1970), se deve também a orientação de dissertações de licenciatura ou seminários (1957) voltados para a história da cultura. Editou ou reeditou

Hipólito²⁴⁴ e Jorge de Alarcão²⁴⁵, especializados em Inglaterra, modificam o ensino e investigação de Numismática, Pré-História e Arqueologia, começando, para esta, uma gloriosa fase de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a História da Cultura, sobretudo com José Sebastião da Silva Dias²⁴⁶, anuncia novos horizontes, os quais, em França, assistem ao desenvolvimento da chamada história das mentalidades²⁴⁷ e do estruturalismo²⁴⁸, antes do pós-modernismo virar quase do avesso a história que se fazia²⁴⁹. E Salvador Dias Arnaut, com uma influência muito grande pelos discípulos que soube criar, desenvolve e incute o amor da nova história local, propiciadora também de inovações historiográficas, por onde o seu amor à História havia começado²⁵⁰. Por volta

múltiplos textos de natureza histórica ou literária, sendo de salientar os referentes à temática da Restauração, uma das problemáticas que elegeu como matéria principal de investigação.

²⁴⁴ *Dos tesouros de moedas romanas em Portugal em especial de algumas da segunda metade do século III d. C.*, Coimbra, 1961. Sep. de *Conimbriga*, 2-3, 1960-1961, p. 1-166. Dissertação de licenciatura apresentada em 1959.

²⁴⁵ Doutorou-se em 1974 com a dissertação *Cerâmica comum local e regional de Conímbriga*, Coimbra, Suplementos de *Biblos*, 8, 1974.

²⁴⁶ De 1960 é a obra de J. S. Silva Dias, *Correntes de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, um volume em dois tomos, editada pelo Instituto de Estudos Filosóficos. Para além das notas de rodapé do primeiro tomo, o segundo contém 694 páginas de notas desenvolvidas. Silva Dias (1916-1994) não pertencia ao 4.º Grupo de História. Foi contratado em 1958 para o 6.º Grupo, como professor além do quadro, sendo-lhe conferido o grau de Doutor em Filosofia em 1961. Realizou provas de Agregação em 1969 com a apresentação de *A política cultural da época de D. João III*. Precedeu-o na cátedra Joaquim de Carvalho (1892-1958). Desde 1957, as cadeiras de História da Cultura (Clássica, Medieval, Moderna e Portuguesa) tinham a designação orgânica de «não agrupadas». Em 1963 foi contratado Manuel Augusto Rodrigues, como professor além do quadro, para a regência de História do Cristianismo, cadeira anexa. Doutorou-se, em 1975, em História da Cultura Medieval e Moderna.

²⁴⁷ Em França principia pelos finais dos anos cinquenta. Nos anos setenta, «il n'était question en histoire que d'histoire des mentalités, fine pointe de la recherche historique». (François Dosse, «Histoire des mentalités», in C. Delacroix e outros, dirs., *Historiographies...*, I, p. 220). Em Coimbra só emerge muito depois, passada a euforia da história económica e social a partir de 25 de Abril de 1974.

²⁴⁸ François Dosse, «Structuralisme», in C. Delacroix e outros, dirs., *Historiographies...*, II, p. 883. Para a sua história, François Dosse, *Histoire du structuralisme*, Paris, Éditions La Découverte, 1991-1992, 2 vols., edição de bolso. O vol. I tem por subtítulo *Le Champ du signe, 1945-1966* e o segundo *Le Chant du cygne 1967 à nos jours*.

²⁴⁹ Hayden White, «Postmodernisme et histoire», in C. Delacroix e outros, dirs., *Historiographies...*, II, p. 837). «Um instrumento de reinterpretação do nosso estar no mundo» (Yves Boisvert).

²⁵⁰ Luís Ferrand de Almeida, «Notas sobre a obra historiográfica do Doutor Salvador Dias Arnaut»..., p. 32. Datam de 1927 as suas primeiras tentativas de história local, em tempo ainda de geral entusiasmo pela história local e regional, colocada entre parênteses com as comemorações dos centenários de 1940. Um trabalho exemplar, sob influência da Geografia Humana que

de 1967 volta a ser pioneiro, dentro do Grupo de História, ao elaborar «a mais desenvolvida, documentada e ‘saborosa’ síntese até então publicada» sobre «a arte de comer na Idade Média»²⁵¹, temática tão continuada depois dentro de uma alargada história do quotidiano. E anos mais tarde, reconvertendo-se como tantos outros, envolve de nova sensibilidade «o homem, a mulher, a vida, a morte, o amor» a propósito do tema inesiano, enquadrado agora numa nascente história conjugada no feminino²⁵². Embora tarde, a história nova estava a chegar, em tempo não muito longe do que se passou na Alemanha, Inglaterra ou Espanha, como acima fomos referindo, retardada por um conservadorismo agasalhado pela política que uma nova geração, mais independente, foi trilhando como pôde e soube até a revolução de Abril empunhar o facho que desde 1911 procurava iluminar caminhos passados do Homem, onde a herança e a descontinuidade sempre se impuseram, cujos guiões conceptuais se tornaram cada vez mais complexos. Mas esta é uma nova cesura, a de um «adeus à razão» alguns anos depois, operada no 4.º Grupo da Faculdade de Letras, cujo sentido não cabe neste bosquejo.

Recebido em/Text submitted on: 25/05/2011

Aceite em/Approved on: 06/10/2011

entretanto cursava como escolar de Ciências Históricas e Filosóficas e, porventura, das análises literárias sobre paisagem e sentimento da natureza de Ferrand Pimentel de Almeida, publicou-o em 1953, onde humanizou as terras de Rabaçal.

²⁵¹Luís Ferrand de Almeida, «Notas sobre a obra historiográfica do Doutor Salvador Dias Arnaut»..., p. 41-42. «A arte de comer em Portugal na Idade Média» foi originalmente escrita para *O «Livro de cozinha» da Infanta D. Maria de Portugal*. Primeira edição integral do códice português I. E. 33 da Biblioteca Nacional de Nápoles. Leitura de Giacinto Manuppella e Salvador Dias Arnaut. Prólogo, notas aos textos, glossário e índices de Giacinto Manuppella. Introdução histórica de Salvador Dias Arnaut, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1967. A Introdução histórica teve depois outras edições.

²⁵²«Os amores de Pedro e de Inês: suas consequências políticas», in *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*. Actas do Colóquio Coimbra, 20 a 22 Março 1985, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, tomo 2, p. 403-414).